



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 19 DE ABRIL DE 2017 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09) E INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009 (CVM 480/09).**

Statkraft Energias Renováveis S.A.  
09 abril 2017



# Statkraft

## Índice

1.	RELATÓRIOS DISPONIBILIZADOS AOS ACIONISTAS .....	3
1.1	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (INCISOS I E II DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09)..	3
1.2	COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INCISO III DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09) .....	3
1.3	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (INCISO IV DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09) .....	3
1.4	PARECER DO CONSELHO FISCAL, INCLUSIVE VOTOS DISSIDENTES, SE HOUVER.....	3
1.5	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO I – FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP) 3	
1.6	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA ICVM 481/09. ....	4
1.7	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO III – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA, SE HOUVER. ....	4
2.	INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS E DISCUTIDAS .....	4
2.1	EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA .....	4
2.1.1	APRECIAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E EXAMINAR, DISCUTIR E DELIBERAR ACERCA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016; .....	4
2.1.2	APRECIAR A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016;.....	5
2.1.3	PROPOSTA DE ELEIÇÃO/RECONDUÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL .....	5
2.1.3.1	CONSELHO FISCAL.....	5
2.2	EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA .....	5
2.2.1	APRECIAR A PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA.....	5
2.2.2	ELEIÇÃO OU RECONDUÇÃO DE MANDATO, POR MAIS 01 ANO, DOS MEMBROS DOS “COMITÊS DE ASSESSORAMENTO” DA COMPANHIA.....	6

## **1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas**

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Statkraft está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

### **1.1 Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9ª da ICVM 481/09)**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2016 foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 13 de março de 2017 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia no dia 22 de março de 2017. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: [www.statkraft.com.br](http://www.statkraft.com.br).

### **1.2 Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)**

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

### **1.3 Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)**

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

### **1.4 Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver**

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

### **1.5 § 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)**

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 13 de março 2017, na mesma data de entrega do Relatório da Administração.

---

## **1.6 § 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.**

A Statkraft apurou prejuízo no exercício de 2016 de R\$ 15.544 mil.

Conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010-14687), as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

## **1.7 § 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.**

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças reunido no dia 03 de março de 2017 recomendou ao Conselho da Administração, das Demonstrações Contábeis da Companhia do ano de 2016.

## **2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas**

### **2.1 Em Assembleia Geral Ordinária**

#### **2.1.1 Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016;**

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Statkraft.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 13 de março de 2017 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia em 22 de março de 2017. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: [www.statkraft.com.br](http://www.statkraft.com.br)

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Statkraft e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez e de lucratividade e o grau de endividamento da Statkraft.

### **Proposta da Administração**

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração e aprovelem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

## 2.1.2 **Apreciar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Statkraft apurou prejuízo de R\$ 15.544 mil.

### **Proposta da Administração**

Tendo em vista o prejuízo realizado no exercício 2016, o valor será transferido para a conta de lucros/prejuízos acumulados.

## 2.1.3 **Proposta de eleição/recondução dos membros do Conselho Fiscal**

### 2.1.3.1 **Conselho Fiscal**

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda reconduzirá **RODRIGO PINHEIRO MACHADO FERNANDES MAIA** e **JOSÉ PEDRO DE BARROS PRADEZ**, para o cargo de membros titular do Conselho Fiscal da Companhia; **PAULA BEATRIZ CERQUEIRA LEITE**, para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia, além de indicar **EVANDRO QUINAUD**, para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais indicará **SAULO MACEDO FREITAS**, para o cargo de membro titular do Conselho Fiscal da Companhia e **HÉLIO RICARDO TEIXEIRA DE MOURA** para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

As informações dos itens 12.5 a 12.7 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM N° 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

## 2.2 **Em Assembleia Geral Extraordinária**

### 2.2.1 **Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia**

De acordo com o artigo 11, parágrafo único, item X, do Estatuto Social da Statkraft cabe à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

As informações incluídas no item 13 do Formulário de Referência, referente à remuneração dos Administradores, conforme artigo 12 da instrução CVM nº 481/2009 e instrução CVM nº 480/2009, estão incluídas no anexo II dessa Proposta.

### **Proposta da Administração**

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2017 até 30 de abril de 2018, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o



---

Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários (excluído Programa de Bônus), é de R\$ 5.357.779,25. Os valores totais incluem as contribuições para o INSS pagas pelo empregador e reconhecidas na demonstração do resultado, pagamento do 13º salário em dezembro e ajuste pela inflação de 4,65%.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, e recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018 a verba anual prevista é R\$ 96.233,26, incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018 a verba anual prevista é R\$ 184.083,45, incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Financeiro e demais Diretores sem denominação específica. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018 a verba anual prevista é R\$ 5.077.462,54, incluída a contribuição patronal à previdência social, além de benefícios.

A remuneração para o período entre as AGOs está demonstrado no item 13.16 do anexo II.

### **2.2.2 Eleição ou recondução de mandato, por mais 01 ano, dos membros dos “Comitês de Assessoramento” da Companhia**

A composição dos comitês de assessoramento da Statkraft será composta por: (i) Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças: Kjersti Rønningen, Laurent Gonzalo (suplente), Wagner Duduch e Andrei Angelo Busanello (suplente); (ii) Comitê de Recursos Humanos e Remuneração: Merve Ergün, Wagner Duduch e Andrei Angelo Busanello (suplente); e (iii) Comitê de Investimentos: Austin Laine Powell, Wagner Duduch e Andrei Angelo Busanello (suplente).

- ANEXO I -

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)**

**10.1 Os diretores devem comentar sobre:**

**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

O ano de 2016 consolidou o esforço empreendido pela Statkraft Energias Renováveis, desde o aumento da participação acionária pelo Grupo Norueguês Statkraft, ocorrido em julho de 2015, para assegurar a implantação e operação em linha com o modelo de gestão do Grupo Statkraft, tendo garantido uma transição segura e sólida através do Projeto de Integração.

O objetivo do Projeto de Integração era capturar as sinergias com o Grupo Statkraft e melhorar os processos corporativos de forma geral, com ênfase em controles, eficiência operacional, *compliance* e governança, garantindo melhores resultados aos acionistas da Companhia.

Ao final de 2016, o Grupo Statkraft reconheceu o sucesso da implantação atestando a aderência da Statkraft Energias Renováveis ao modelo operacional corporativo denominado The Statkraft Way.

Sob a perspectiva financeira, o ano de 2016 trouxe resultados operacionais bastante satisfatórios, com um EBITDA de R\$ 178 milhões e expressiva redução (R\$ 92 milhões) no nível de despesas financeiras, consequência do pagamento antecipados de dívidas onerosas realizados no ano de 2015. Este resultado operacional foi impactado negativamente pelo ajuste a valor recuperável de ativos e contingências fiscais, levando a empresa a registrar um prejuízo econômico de R\$ 15 milhões em 2016. Essas medidas fazem parte do processo de integração e aderência ao modelo operacional da Companhia e visaram preparar a Statkraft Energias Renováveis, de forma sólida, para os anos subsequentes.

Também em 2016 o Grupo Statkraft lançou, a nível global, um Programa de Melhoria de Desempenho cujo objetivo é ampliar sua competitividade no setor e reforçar a posição de crescimento. O Brasil, sendo parte integrante do grupo, também apresentou suas contribuições para o programa.

Ainda, como parte da revisão estratégica, o Grupo Statkraft reiterou sua estratégia de ampliar as operações fora da Noruega, tendo indicado a América do Sul, em particular o Brasil, como um mercado sob o foco e com potencial para crescimento. O ajuste da estratégia internacional leva a Statkraft a ampliar as tecnologias, passando a incluir as fontes eólica e solar, em adição à hidrelétrica, no seu escopo de crescimento.

Desta maneira, iniciamos o ano de 2017 com expectativa positiva para os nossos resultados, uma vez que foram reconhecidos e eliminados vários fatores de risco e diversas melhorias de gestão foram implementadas.

**b) Estrutura de capital**

Possuímos apenas Ações ordinárias com direito a voto e não pretendemos, no curto prazo, realizar nenhuma operação de resgate.

Ao longo de 2015, realizamos o pagamento antecipado de toda a dívida bancária da Holding, a qual era atrelada ao CDI, bem como pagamos antecipadamente a dívida bancária da nossa subsidiária Energen, a qual era atrelada ao Dólar Norte Americano. Em ambas as situações a Companhia estava exposta, uma vez que suas receitas são corrigidas por índices de inflação, e em moeda local.

O pagamento antecipado foi possível graças aos eventos de liquidez ocorridos sendo (i) aporte de capital no valor de R\$ 155 milhões e (ii) operação de venda dos ativos de transmissão (MGE e Goiás), no valor de R\$ 151 milhões.

A redução do nível de endividamento trouxe melhora para a estrutura de capital, sendo que nossa relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 0,31 em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2014, esta mesma relação era de 1,15.

Nosso patrimônio líquido passou de R\$ 771.680 mil em 31 de dezembro de 2015 e 771.997 mil em 31 de dezembro de 2016. Esta variação se deu por força da (i) mudança na participação relativa com a controlada Energen de –R\$ 3.612 mil, (ii) prejuízo apurado do exercício social de 2016, cujo valor foi de R\$ 15.544 mil excluindo participação de não controladores, (iii) além do aumento de R\$ 15.866 mil no valor do ajuste de avaliação patrimonial, referente ao valor justo de investimentos em entidades não controladas.

Em 31 de dezembro de 2016 a dívida líquida somava R\$ 242 milhões, representando redução 31% na comparação com 31 de dezembro 2015, quando a dívida líquida somava R\$ 350 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	Diferença nominal	Var. %
<b>Endividamento</b>	<b>512.280</b>	<b>473.868</b>	<b>-38.412</b>	<b>-7,5</b>
- Financiamento de obras - BNDES	260.322	231.241	-29.081	-11,2
- Financiamento de obras – BNB	251.825	242.627	-9.198	-3,6
- Outros (leasing)	133	-	-133	-100
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>	<b>(162.261)</b>	<b>(231.884)</b>	<b>69.623</b>	<b>42,9</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>350.019</b>	<b>241.984</b>	<b>-108.035</b>	<b>-30,8</b>
<b>EBITDA (últimos 12 meses)</b>	<b>150.149</b>	<b>177.887</b>	<b>27.738</b>	<b>18,5</b>
<b>Dívida líquida / EBITDA</b>	<b>2,3</b>	<b>1,4</b>	<b>-0,9</b>	<b>-</b>

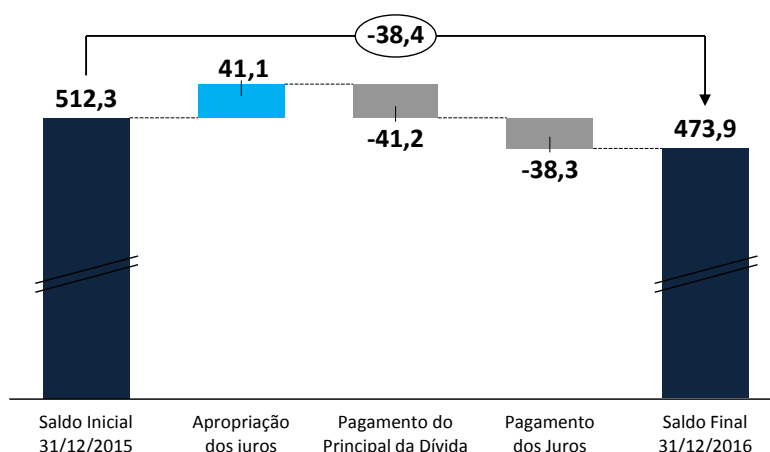
Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

**Endividamento:** entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou redução de 7,5% ou R\$ 38,4 milhões.

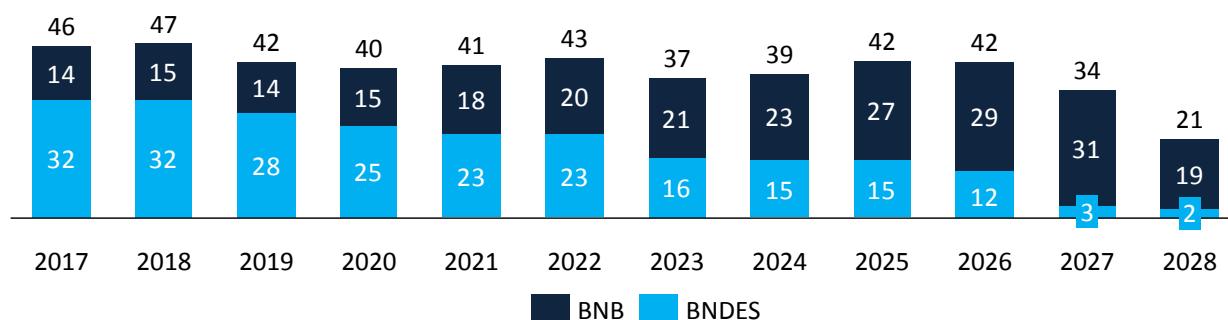
As movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) a amortização de R\$ 41,2 milhões de principal, sendo R\$ 32,0 milhões com BNDES, R\$ 9,2 milhões com o BNB e (ii) o pagamento de R\$ 38,3 milhões de juros, sendo R\$ 21,1 milhões com BNDES e R\$ 17,2 milhões com BNB.

Por outro lado a movimentação que contribuiu para o aumento foi a apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 41,1 milhões, sendo R\$ 24,0 milhões com BNDES e R\$ 17,1 milhões com BNB.





O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 473,9 milhões de 31 de dezembro de 2016, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

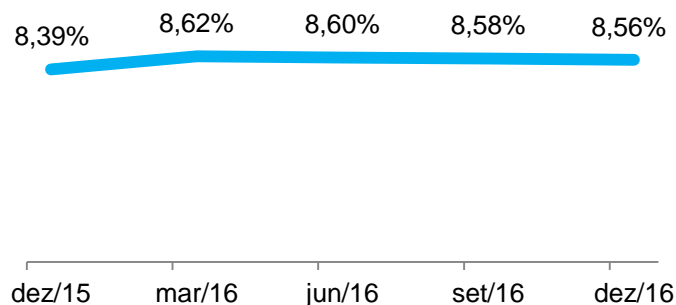
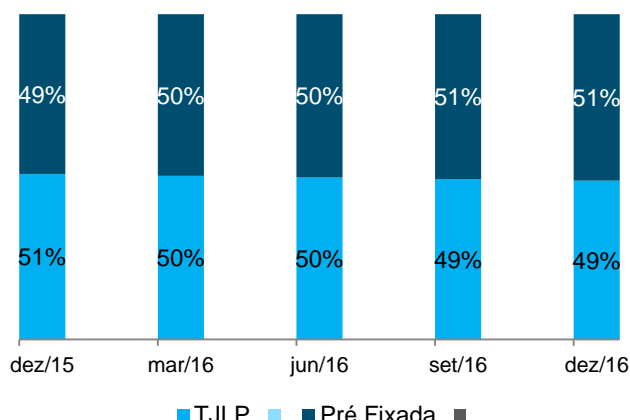


Em dezembro de 2016, a participação do dívida atrelada à TJLP era de 49%, representada pelos empréstimos do BNDES, contra 51% da pré fixada, representada pela dívida junto ao BNB.

O custo médio ponderado da dívida bancária apresentou aumento influenciado pelo aumento da TJLP para 7,5% ao ano a partir janeiro de 2016.

**Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador**

**Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária**



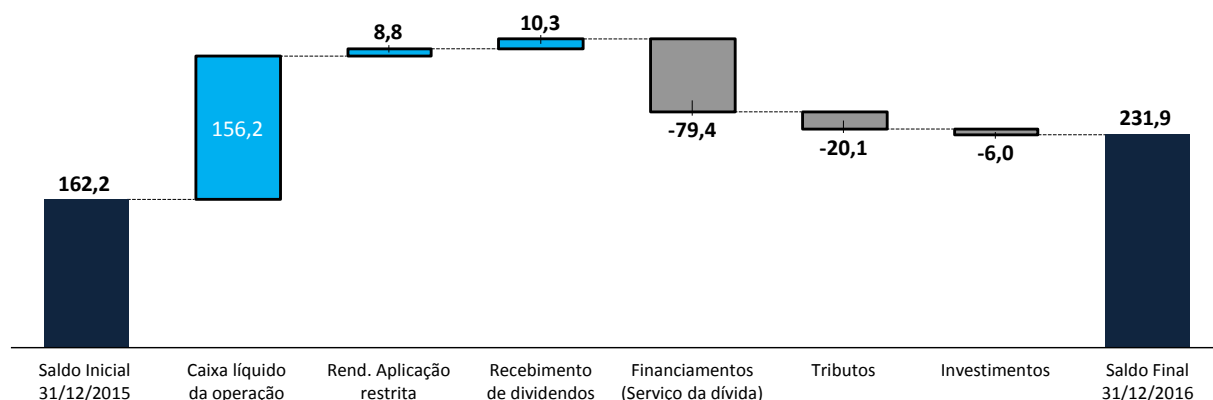
— considerando bônus de adimplemento

**Caixa e aplicações financeiras:** entre os períodos em análise houve aumento do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 69,7 milhões.

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 156,2 milhões e (ii) recebimentos de dividendos da Passos Maia (R\$ 8,8 milhões), Ceran (R\$ 0,9 milhão) e Dona Francisca (R\$ 0,4 milhões).

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 38,3 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 41,2 milhões; (iii) pagamento de tributos sobre o resultado no valor de R\$ 2,9 milhões, (iv) pagamento de tributos residuais no montante de R\$ 17,2 milhões e (v) investimentos realizados no valor de R\$ 6,0 milhões.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016 era composto principalmente (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Statkraft, no valor de R\$ 140,8 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 91,1 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo, bem como pela constituição de conta reserva para as contingências da BBE.



### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso atual perfil de endividamento e nossa posição de liquidez, nossa Diretoria acredita termos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Apresentamos abaixo algumas considerações sobre nossa capacidade de pagamento dos principais compromissos financeiros assumidos:

---

- **Contratos de Financiamento BNDES:** As garantias exigidas pelo BNDES para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pelo nosso Controlador (aplicável para a Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita) e (vi) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

- **Contratos de Financiamento BNB:** As garantias exigidas pelo BNB para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento (já baixada); (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia que garantem a liquidez necessária para as amortizações contratuais, cuja baixa ocorreu ao longo de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, existiam três contratos diretos com o BNB. Esses contratos de financiamento com o BNB são vinculados ao financiamento de longo prazo, voltados para a implantação dos empreendimentos de Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte, empreendimentos que compõem o Complexo Eólico da Bahia.

Vale ressaltar, ainda, que possuímos um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça nossa solidez para honrarmos nossos compromissos financeiros.

#### **d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizadas**

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

## e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Somos uma empresa que investimos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores, (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias, (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação e (iv) venda de ativos.

Nosso bloco de controle é formado pela Statkraft Investimentos Ltda. (81,3%) e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais (18,7%).

Acreditamos que a medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

A venda de ativos em operação, implantação ou ainda de projetos em desenvolvimento, também é outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores também poderão realizar empréstimos de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

## f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

As tabelas apresentadas abaixo demonstram o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

## i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

- **Financiamentos para construção das usinas – BNDES**

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a.	Consolidado	
			31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Monel Monjolinho Energética S.A.	Outubro de 2026	TJLP + 2,1	121.381	132.2010
Santa Rosa S.A.	Fevereiro de 2023	TJLP + 3,8	45.718	52.479
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	38.742	41.467
Esmeralda S.A.	Abril de 2029	TJLP + 3,5	11.738	16.714
Santa Laura S.A.	Julho de 2020	TJLP + 3,5	13.662	17.452
			<u>231.241</u>	<u>260.322</u>

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 8)" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro. Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Statkraft Investimentos Ltda e Statkraft Energias Renováveis S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 8)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado. Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) com o BNDES vêm sendo atendidas.

- **Financiamentos para construção das usinas - BNB**



Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
			2016	2015
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	88.492	92.069
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	77.983	80.624
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	76.152	79.132
			<u>242.627</u>	<u>251.825</u>

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 8); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia. Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) com o BNB vêm sendo atendidas.

#### **g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2016 não dispúnhamos de limites de utilização de financiamentos.

#### **h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

<b>Ativo</b>	<b>dez/16</b>	<b>AV</b>	<b>dez/15</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	140.761	9,28%	79.905	5,27%	76,16%
Contas a receber	65.627	4,32%	39.329	2,59%	66,87%
Dividendos a receber	1.832	0,12%	2.192	0,14%	-16,42%
Tributos a recuperar	3.929	0,26%	5.079	0,33%	-22,64%
Almoxarifado	4.842	0,32%	1.970	0,13%	145,79%
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	3.630	0,24%	4.428	0,29%	-18,02%
Operações Descontinuadas	2.123	0,14%	0	0,00%	-
Outros ativos	5.607	0,37%	7.135	0,47%	-21,42%
	<b>228.351</b>	<b>15,05%</b>	<b>140.038</b>	<b>9,23%</b>	<b>63,06%</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicação financeira restrita	91.123	6,00%	82.356	5,43%	10,65%
Partes relacionadas	8.028	0,53%	9.846	0,65%	-18,46%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.733	0,77%	9.084	0,60%	29,16%
Investimentos não controlados ao valor justo	79.462	5,24%	61.330	4,04%	29,56%
Tributos a recuperar	0	0,00%	270	0,02%	-100,00%
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	4.889	0,32%	7.776	0,51%	-
Contas a receber	22.179	1,46%	30.784	2,03%	-27,95%
Outros ativos	3.372	0,22%	178	0,01%	1794,38%
	<b>220.786</b>	<b>14,55%</b>	<b>201.624</b>	<b>13,29%</b>	<b>9,50%</b>
Investimentos	28.692	1,89%	29.387	1,94%	-2,36%
Imobilizado	972.307	64,07%	1.025.744	67,60%	-5,21%
Intangível	51.191	3,37%	95.268	6,28%	-46,27%
Propriedades para investimentos	16.177	1,07%	25.250	1,66%	-35,93%
	<b>1.068.367</b>	<b>70,40%</b>	<b>1.175.649</b>	<b>77,48%</b>	<b>-9,13%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.517.504</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.517.311</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,01%</b>

---

## **CIRCULANTE**

### **Caixa e equivalentes de caixa**

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 156,2 milhões e (ii) recebimentos de dividendos da Passos Maia (R\$ 8,8 milhões), Ceran (R\$ 0,9 milhão) e Dona Francisca (R\$ 0,4 milhões).

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 38,3 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 41,2 milhões; (iii) pagamento de tributos sobre o resultado no valor de R\$ 2,9 milhões, (iv) pagamento de tributos residuais no montante de R\$ 17,2 milhões e (v) investimentos realizados no valor de R\$ 6,0 milhões.

### **Contas a receber**

O aumento observado é decorrente principalmente (i) aumento do saldo a receber de serviços prestados a partes relacionados pela controladora (+R\$ 1,5 milhão), (ii) saldo a receber de liquidações do mercado de curto prazo pelas usinas do Proinfa referentes a 2015 e 2016 (+R\$ 12,7 milhões), (iii) incremento de saldos na UHE Monel na PCH Moinho referente a saldo a liquidar no mercado de curto prazo (+R\$ 5,2 milhões), (iv) reclassificação de saldo de geração excedente ao contratado nas Usinas Eólicas da Bahia (+R\$ 12,7 milhões), parcialmente compensado pela (v) desconsolidação da empresa Enex.

### **Dividendos a receber**

Redução pelo recebimento dos dividendos em 2016, compensado pela constituição de dividendos a receber referente ao exercício de 2016.

### **Outros ativos**

Variação decorrente, essencialmente, da (i) realização do ativo regulatório das usinas do Proinfa (-R\$ 2,7 milhões) e (ii) aumento no saldo de adiantamento a fornecedores (+R\$ 1,5 milhão).

### **Ativo circulante total**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$ 228 milhões, apresentando aumento de 63% em comparação a 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 140 milhões.

## **NÃO CIRCULANTE**

### **Aplicação financeira restrita**

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de “Aplicação financeira restrita” atingiu R\$ 91,1 milhões, aumento de 11% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 82,3 milhões. O aumento é decorrente do rendimento de aplicação constituída, no valor de R\$ 38,3 milhões, referente ao recebimento da Jackson Empreendimentos S.A, relacionada à contingência civil do

---

processo de arbitragem da BBE, derivado do fechamento da operação de troca do controle da Companhia.

### **Impostos de renda e contribuição social diferidos – ativo e passivo**

Aumento de R\$ 2,6 milhões decorrente da constituição de impostos diferidos sobre as diferenças temporárias entre critérios contábeis e fiscais.

### **Investimentos ao valor justo**

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de “Investimentos não controlados ao valor justo” atingiu R\$ 79,5 milhões, representando aumento de 29,6% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 61,3 milhões. A redução deu-se em função de a Companhia ter efetuado, no 2º trimestre de 2015, reavaliação do valor justo dos investimentos das Usinas Hidrelétricas Ceran e Dona Francisca, por conta de premissas mercadológicas e macro econômicas.

### **Repactuação do risco hidrológico a apropriar**

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de atingiu R\$ 8,5 milhões, frente ao saldo de R\$ 12,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação é da apropriação de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

### **Investimentos**

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 28,7, representando redução de 2,4% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 29,4 milhões. A redução deu-se por (i) resultado da coligada PCH Passos Maia atribuíveis a Statkraft (+R\$ 7,7 milhões), compensado por (ii) dividendos destinados no período pela mesma PCH Passos Maia (-R\$ 8,4 milhões).

### **Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 972,3 milhões, representando redução de 5,2% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 1.025,7 milhões. A redução deu-se, essencialmente, por conta do (i) volume de depreciação incorrida em 2016 no valor R\$ 51,0 milhões, (ii) adições realizadas em 2016 no valor de R\$ 6,0 milhões, (iii) de provisão para perda por redução no valor recuperável no valor de R\$ 6,4 milhões e (iv) reclassificação do imobilizado de Enx para operações descontinuadas no valor de R\$ 1,7 milhão.

### **Intangível**

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 51,2 milhões, representando redução de 46,3% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 95,3 milhões. A redução deu-se por conta da (i) redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (-R\$ 37,7 milhões), (ii) amortização do ágio e UBP (Uso do Bem Público) e outros (-R\$ 6,1 milhões).

### **Total do ativo não circulante**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 220,8 milhões, apresentando aumento de 9,5% em comparação a 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 201,6 milhões.

## Total do ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 1.517,5 milhões, em linha com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 1.517,3 milhões.

### • PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Passivo e patrimônio líquido	dez/16	AV	dez/15	AV	AH
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	9.730	0,64%	9.446	0,62%	3,01%
Financiamentos	44.370	2,92%	42.736	2,82%	3,82%
Partes relacionadas	1.629	0,11%	616	0,04%	164,45%
Concessões a pagar	8.107	0,53%	7.370	0,49%	10,00%
Salários e encargos sociais	3.918	0,26%	6.565	0,43%	-40,32%
Tributos a recolher	9.996	0,66%	19.924	1,31%	-49,83%
Imposto de renda e contribuição social	36.664	2,42%	2.756	0,18%	1230,33%
Dividendos propostos	1	0,00%	47	0,00%	-97,87%
Outros passivos	59.522	3,92%	52.280	3,45%	13,85%
	<b>173.937</b>	<b>11,46%</b>	<b>141.740</b>	<b>9,34%</b>	<b>22,72%</b>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos	429.498	28,30%	469.544	30,95%	-8,53%
Concessões a pagar	66.012	4,35%	62.941	4,15%	4,88%
Imposto de renda e contribuição social	652	0,04%	948	0,06%	100,00%
Tributos a recolher	773	0,05%	1.124	0,07%	-31,23%
Provisão para contingências	64.482	4,25%	53.327	3,51%	20,92%
Outros Passivos	10.146	0,67%	16.005	1,05%	-36,61%
	<b>571.563</b>	<b>37,66%</b>	<b>603.889</b>	<b>39,80%</b>	<b>-5,35%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>745.500</b>	<b>49,13%</b>	<b>745.629</b>	<b>49,14%</b>	<b>-0,02%</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>					
Capital social	880.312	58,01%	880.312	58,02%	0,00%
Mudança na participação relativa	-3.612	-0,24%	0	0,00%	#DIV/0!
Ajuste de avaliação patrimonial	45.301	2,99%	29.435	1,94%	53,90%
Prejuízos acumulados	-150.004	-9,88%	-134.611	-8,87%	11,44%
	<b>771.997</b>	<b>50,87%</b>	<b>775.136</b>	<b>51,09%</b>	<b>-0,40%</b>
Participação dos não controladores	7	0,00%	-3.454	-0,23%	-100,20%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>772.004</b>	<b>50,87%</b>	<b>771.682</b>	<b>50,86%</b>	<b>0,04%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.517.504</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.517.311</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,01%</b>



## **CIRCULANTE**

### **Financiamentos (circulante e não circulante)**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$ 473,9 milhões, apresentando redução de 7,5% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 512,3 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, das amortizações realizadas no período.

### **Tributos a recolher**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Tributos a Recolher” atingiu R\$ 10,0 milhões, apresentando redução de 49,9% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 19,9 milhões. A redução deu-se, principalmente, em função da (i) liquidação de obrigações com IOF (-R\$ 17,2 milhões), parcialmente compensada por (ii) despesa de IOF do ano (+R\$ 2,3 milhões), por (iii) tributos reconhecidos nas Eólicas da Bahia para extinção de riscos fiscais referentes a operações de anos anteriores (+R\$ 6,5 milhões) e (iv) sazonalização dos contratos de venda de energia (-R\$ 0,8 milhão).

### **Outros passivos**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$ 59,5 milhões, apresentando aumento de 13,8% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 52,3 milhões. O aumento deu-se, essencialmente, pelo aumento de saldos a liquidar no mercado de curto prazo.

### **Total do passivo circulante**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2016 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 173,3 milhões, apresentando uma redução de 22,7% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 141,7 milhões.

## **NÃO CIRCULANTE**

### **Contingências**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Contingências” atingiu R\$ 64,5 milhões, apresentando aumento de 21,0% milhões em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 53,3 milhões. O aumento desta linha deu-se pela constituição de contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

### **Total do passivo não circulante**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2016 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 571,6 milhões, apresentando uma redução de 5,3% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 603,9 milhões.

### **Total do passivo**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2016 o saldo da conta “Total do passivo”

---

atingiu R\$ 745,5 milhões, em linha na comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 745,6 milhões.

### **Patrimônio líquido atribuído aos acionistas**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Patrimônio líquido atribuído aos acionistas” foi de R\$ 772,9 milhões, apresentando uma redução de 0,4% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 775,1 milhões. A redução deve-se ao prejuízo apurado no ano de 2016.

### **Total do passivo e patrimônio líquido**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2016 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 1.517,5 milhões, em linha com o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 1.517,3 milhões.

• **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.**

	2016	2015	AH
<b>Receita operacional</b>	<b>275.164</b>	<b>242.513</b>	<b>13,46%</b>
Custo do fornecimento de energia elétrica	(102.788)	(88.458)	16,20%
Custo dos serviços prestados	(5.072)	(446)	1037,22%
	<b>(107.860)</b>	<b>(88.904)</b>	<b>21,32%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>167.304</b>	<b>153.609</b>	<b>8,92%</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	(50.897)	(52.409)	-2,89%
Outros resultados operacionais	(63.307)	124	-51154,03%
Provisão para perdas em investimentos	-	(1.217)	-100,00%
	<b>(114.204)</b>	<b>(53.502)</b>	<b>113,46%</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>53.100</b>	<b>100.107</b>	<b>-46,96%</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	(69.949)	(162.274)	-56,89%
Receitas financeiras	26.820	38.164	-29,72%
	<b>(43.129)</b>	<b>(124.110)</b>	<b>-65,25%</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Participação nos lucros de coligadas	7.714	9.094	-15,17%
Dividendos auferidos	1.561	2.343	-33,38%
Ganho (perda) na alienação de investimentos	-	(18.371)	100,00%
Amortização de ágio	(767)	(1.150)	-33,30%
	<b>8.508</b>	<b>(8.084)</b>	<b>-205,24%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>18.479</b>	<b>(32.087)</b>	<b>-157,59%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(31.968)	(24.828)	28,76%
<b>Prejuízo do período proveniente de operações em continuidade</b>	<b>(13.489)</b>	<b>(56.915)</b>	<b>-76,30%</b>
<b>Operações descontinuadas</b>			
Prejuízo proveniente das operações descontinuadas	(2.055)	(6.855)	-70,02%
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>(15.544)</b>	<b>(63.770)</b>	<b>-75,62%</b>
<b>Atribuível aos:</b>			
Acionistas da Controladora	(15.393)	(60.402)	-74,52%
Participação de não controladores	(151)	(3.368)	-95,52%
	<b>(15.544)</b>	<b>(63.770)</b>	<b>-75,62%</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações</b>			
De operações continuadas	(0,10844)	(0,39704)	-72,69%
De operações descontinuadas		(0,04782)	-100,00%
	<b>(0,10844)</b>	<b>(0,44486)</b>	<b>-75,62%</b>

## Receita operacional líquida

Em 2016 a receita operacional líquida total somou R\$ 275,2 milhões, 13,5% acima da receita líquida apurada em 2015, quando o valor foi de R\$ 242,5 milhões. Tal variação justifica-se, principalmente, pelo (i) aumento por correção da receita pela inflação, (ii) melhora do efeito do Mercado de Curto Prazo (“MCP” – envolve MRE, com efeitos do GSF e/ou secundária) e (iii) maior receita com serviços compartilhados com empresas do grupo Statkraft.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2015	2016	Var %
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>242.513</b>	<b>275.164</b>	<b>13,5</b>
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>241.486</b>	<b>269.509</b>	<b>11,6</b>
- Venda de energia	219.974	235.383	7,0
- Excedente (déficit) líquido de geração Eólicas	13.935	14.414	3,4
- Efeito MCP	7.577	19.712	160,2
<b>Outros serviços</b>	<b>1.027</b>	<b>5.655</b>	<b>450,6</b>

### **Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – venda de energia**

O aumento de R\$ 15,4 milhões em 2016, equivalente a 7,0% comparado ao ano anterior, é decorrente do reajuste contratual do preço médio da energia comercializada das subsidiárias. Esse aumento foi parcialmente mitigado pela alteração do regime tributário da Monjolinho, de lucro presumido para lucro real, contribuindo para o aumento das deduções de PIS e Cofins.

### **Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – excedente líquido de geração eólicas**

O aumento de R\$ 0,5 milhão em 2016, comparado ao ano anterior, é fruto da maior geração no parque eólico da Bahia, todavia parcialmente compensada por déficit na geração do parque eólico de Barra dos Coqueiros, compensado pelo menor regime de ventos e indisponibilidade dos parques eólicos, conforme comentado no item Geração e Disponibilidade.

### **Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – efeito GSF/MRE**

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2016, apesar da menor criticidade em relação a 2014 e 2015, permanece exigindo atenção dos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF.

Assim, a variação da receita na comparação com o ano de 2016 reflete o atual cenário hidrológico e a estratégia de sazonalização da Companhia, aliado ao suporte especializado da comercializadora de energia pertencente ao grupo Statkraft, que aporta seu conhecimento e expertise na gestão do portfólio de energia da Companhia.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

### **RECEITA LÍQUIDA DE OUTROS SERVIÇOS**

O aumento de R\$ 4,6 milhões em 2016, comparados ao ano de 2015, é decorrente do compartilhamento de serviços com empresas do grupo Statkraft.

### **CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

Em 2016 o custo dos serviços prestados somou R\$ 107,9 milhões representando aumento de R\$ 19,0 milhões, equivalente a 21,3% na comparação com os mesmos períodos de 2015.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

<b>Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Var %</b>
<b>Custo Total</b>	<b>88.904</b>	<b>107.860</b>	<b>21,3</b>
<b>Custo do fornecimento de energia elétrica</b>	<b>88.458</b>	<b>102.788</b>	<b>16,2</b>
- Depreciação e amortização	57.619	56.092	-2,7
- Encargos setoriais	10.480	10.287	-1,8
- Custo com compra de energia elétrica	1.065	12.422	1066,4
- Seguro regulatório	3.072	3.399	10,6
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	16.222	20.588	26,9
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>446</b>	<b>5.072</b>	<b>1037,2</b>
- Outros serviços	446	5.072	1037,2

#### **Encargos setoriais**

A redução de 1,8% observada em 2016, na comparação com 2015, é decorrente de provisão, no 3T15, para perda do desconto de TUST – Taxa do Uso do Sistema de Transmissão, por conta da injeção de energia gerada superior ao limite contratado pelas usinas do Complexo Eólico da Bahia.

#### **Custo com compra de energia elétrica**

Valores apurados em 2016 referem-se à provisão para compra de energia no mercado de curto prazo, aliado ao fato de que, a partir de janeiro 2016, passamos a apurar esse valor na linha de custo.

#### **Seguro regulatório**

Amortização do ativo regulatório decorrente da adesão a MP 688 a qual trata da repactuação do risco hidrológico. A variação no ano de 2016, comparada a 2015, dá-se pela correção monetária dos valores amortizados.



### ***Outros custos de fornecimento de energia elétrica***

O aumento observado no ano de 2016, quando comparado a 2015, é decorrente dos gastos ocorridos com materiais e serviços relacionados ao plano de remediação da Usina Barra dos Coqueiros, bem como manutenções ocorridas no parque eólico da Bahia.

### ***Outros serviços***

O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Statkraft, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação, além do desenvolvimento de projetos. O aumento apresentado em 2016, quando comparado ao ano anterior, deve-se ao compartilhamento de serviços para empresas do grupo Statkraft no Brasil e na América do Sul, em linha com o aumento da receita.

## **DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS**

Em 2016 as despesas gerais somaram R\$ 114,2 milhões, representando aumento de R\$ 61,8 milhões na comparação com 2015.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

<b>Despesas Gerais (R\$ mil)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Var %</b>
<b>Despesas (Receitas) Totais</b>	<b>53.502</b>	<b>114.203</b>	<b>117,9</b>
- <b>Gerais e Administrativas totais</b>	<b>52.409</b>	<b>50.896</b>	<b>-2,9</b>
- Gerais e administrativas	14.967	33.056	120,9
- Remuneração dos administradores	3.846	5.535	43,9
- Encargos setoriais	3.852	3.819	-0,9
- Com estudos em desenvolvimento	18.584	1.806	-90,3
- Provisão para perda em contrato de energia	690	667	-3,3
- Provisão para contingências	10.470	6.013	-42,6
- <b>Provisão para perda em investimentos</b>	<b>1.217</b>	<b>-</b>	<b>-100,0</b>
- <b>Outros resultados operacionais</b>	<b>-124</b>	<b>63.307</b>	<b>-</b>

### ***Despesas gerais e administrativas***

Em 2016 as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 33,1 milhões, apresentando um aumento de 120,9% em comparação a 2015, quando atingiram R\$ 15,0 milhões. O aumento dá-se por (i) despesas temporárias com o projeto de integração, pós-alteração do controle acionário, que visam reforçar as capacidades organizacionais da Companhia, (ii) honorários advocatícios, (iii) gastos com pessoal, parcialmente compensados pelo aumento da receita com serviços para empresas do grupo, e (iv) despesas de serviços compartilhados com a controladora norueguesa (Statkraft AS).

---

### ***Honorários da administração***

Em 2016 o aumento de 43,9% na comparação com o mesmo período de 2015, deu-se pelo aumento da remuneração média.

### ***Despesas com estudos em desenvolvimento***

No 3T15 a Companhia adequou sua metodologia, reclassificando contabilmente R\$ 16,4 milhões de custos de desenvolvimento de alguns projetos anteriormente contabilizados no ativo intangível. Tal medida considerou as etapas de desenvolvimento de tais projetos e encontram-se em consonância com o IFRS/CPC, não representando provisão para perda, uma vez que os projetos continuam no portfólio de desenvolvimento da Companhia. Ao desconsiderar este efeito não recorrente, a despesa apurada em 2015 foi de R\$ 2 milhões, em linha com os gastos em 2016, cujos valores contemplam gastos com os projetos em desenvolvimento da Companhia.

### ***Encargos setoriais***

Referente à taxa de uso dos recursos hídricos incidente sobre a UHE Monjolinho e sua variação, entre os períodos analisados, está em linha com a variação da geração de energia realizada, sendo a redução parcialmente compensada pelo aumento da TAR utilizada para cálculo do encargo (+9,5%).

### ***Provisão para perda em contrato de energia***

Provisão para penalidade de Barra dos Coqueiros pelo déficit de geração de energia, conforme previsto em contrato.

### ***Provisão para contingências***

No 3T16 e 4T16 foi constituída provisão para contingências cíveis e trabalhistas, atendendo os critérios do IFRS/CPC.

A redução de 42,6% em 2016, quando o montante apurado foi de R\$ 6,0 milhões, na comparação com 2015, quando o montante apurado foi de R\$ 10,5 milhões, deve-se à constituição de provisão, no 2T15, para contingências relacionadas à venda dos ativos de Transmissão ocorrida na ocasião.

### ***Provisão para perda em investimentos***

Em 2015 a Companhia registrou provisão para perda em investimentos relacionados aos projetos da UHE Cubatão e Enercasa.

### ***Outros resultados operacionais***

No 3T16 a Companhia realizou, de acordo com os critérios do IFRS/CPC, teste de *impairment* sobre seus saldos de investimentos em controladas e coligadas. Como resultado desta avaliação foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 44,1 milhões a título de perda nos investimentos.

No 4T16 a Companhia realizou provisão para perda de ativos financeiros recebíveis (R\$ 6,9 milhões). Ainda no 4T16, a Companhia realizou provisão para ajuste ao valor justo de propriedades mantidas para investimentos, no montante de R\$ 7,9 milhões.

## RESULTADO FINANCEIRO

Em 2016 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 43,1 milhões, redução de R\$ 81,0 milhões, equivalente a 65,2%, na comparação com o ano de 2015, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 124,1 milhões. Tal variação é explicada principalmente pela redução da variação cambial passiva e despesas com financiamentos, ambos decorrentes do pagamento antecipado de financiamentos da Holding e da subsidiária Energen, ocorridas no segundo semestre de 2015.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2015	2016	Var %
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>38.164</b>	<b>26.820</b>	<b>-29,7</b>
- Com aplicações financeiras (i)	12.314	23.745	92,8
- Variações monetárias e cambiais ativas (ii)	17.853	51	-99,7
- Outras receitas financeiras (iii)	7.997	3.024	-62,2
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(162.274)</b>	<b>(69.949)</b>	<b>-56,9</b>
- Com financiamentos (iv)	(62.609)	(41.455)	-33,8
- Comissão de fiança e garantias (v)	(2.207)	(528)	-76,1
- IOF, multa e juros sobre tributos (vi)	(6.479)	(818)	-87,4
- Variações monetárias e cambiais passivas (vii)	(64.928)	(52)	-99,9
- Concessões a pagar e outras despesas	(9.018)	(11.255)	24,8
- Outras despesas financeiras (viii)	(17.033)	(15.841)	-7,0
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(124.110)</b>	<b>(43.129)</b>	<b>-65,2</b>

### **Receitas financeiras**

Em 2016 as receitas financeiras atingiram R\$ 26,8 milhões, apresentando redução de R\$ 11,3 milhões, equivalente a 29,7% na comparação com o ano de 2015, quando atingiram R\$ 38,2 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) do aumento do rendimento com aplicações financeiras, em função da maior disponibilidade de recursos, (ii) da redução de variações cambiais ativas sobre empréstimo tomado em dólar pela subsidiária Energen (pago em 2015) e (iii) reconhecimento no 3T15 de recebíveis por conta da transação de transferência do controle acionário.

### **Despesas financeiras**

Em 2016 as despesas financeiras atingiram R\$ 70,0 milhões, apresentando redução de R\$ 92,3 milhões, equivalente a 56,9% na comparação com o ano de 2015, quando atingiram R\$ 162,3 milhões. Tal variação é decorrente: (iv) da redução da capitalização de juros por conta do menor endividamento, parcialmente compensada pelo aumento da TJLP; (v) da redução das despesas com cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 1,7 milhão, principalmente em função da retirada das fianças contratadas nos financiamentos tomados pela Companhia, bem como fianças corporativas com controladores; (vi) redução das despesas com IOF, por conta da capitalização realizada na subsidiária Energen; (vii) fim da exposição da Companhia à variação cambial da subsidiária Energen referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao China Development Bank (CDB) e que foi liquidado em setembro de 2015 e (viii) pela redução em outras despesas financeiras pelo reconhecimento, em 2015, de provisões relacionadas à venda de ativos de transmissão.

### **Resultados de participações societárias**

Em 2016 o resultado de participações societárias representou ganho de R\$ 8,5 milhões, em comparação com uma perda de R\$ 8,1 milhões apurado em 2015.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

<b>Resultado de participações societárias (R\$ mil)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Var %</b>
- Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	9.094	7.714	-15,2
- Dividendos recebidos	2.343	1.561	-33,4
- Perda na alienação de investimentos	(18.371)	-	-100
- Amortização de ágio	(1.150)	(767)	-33,3
<b>Resultado de participações</b>	<b>(8.084)</b>	<b>8.508</b>	<b>-205,2</b>

### **Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto**

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto é composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que apresentou variação positiva de R\$ 1,3 milhão devido à variação no de 2016, quando comparado com 2015.

### **Dividendos recebidos**

Composto por dividendos recebidos referentes à participação societária minoritária mantida no Complexo Eólico Rio das Antas – CERAN (5%) e Dona Francisca (2,12%).

### **Perda na alienação de investimentos**

No ano de 2015 a despesa contemplou, principalmente, provisão para: (i) baixa dos dividendos reconhecidos nos ativos de Transmissão no valor de R\$ 10,6 milhões, por força de venda dos ativos; (ii) perda entre valor de venda e valor contábil dos ativos de transmissão de R\$ 4,7 milhões; (iii) perda pela baixa do investimento realizado na subsidiária Enercasa no valor de R\$ 2,9 milhões, por força da transferência do seu controle; (iv) perda pela baixa de investimento realizado na UHE Cubatão, no valor de R\$ 894 mil.

### **Imposto de renda e contribuição social**

A Statkraft, assim como as suas controladas ENEX e Monjolinho optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2016 o imposto de renda e contribuição social somaram R\$ 32,0 milhões, compostos por despesas de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 37,8 milhões e por IR e CS diferidos no valor de R\$ (5,9) milhões.

Importante observar que a subsidiária Monjolinho, nos termos da Lei 12.814/2013 ultrapassou o limite superior dos R\$ 78 milhões, dessa forma, teve seu regime tributário alterado a partir de Janeiro de 2016 para Lucro Real.

### **Operações descontinuadas**

Em 2015 as operações descontinuadas somaram R\$ (6,9) milhões, representando o resultado da Enercasa R\$ (6,7) milhões, cujo controle foi transferido para o FIP Cevix em 13 de julho de 2015, e Enex, cuja decisão de desinvestimento foi tomada em 2016.

Em 2016 as operações descontinuadas somaram R\$ (2,1) milhões, representando o resultado da subsidiária Enex.

### **Participação de não controladores**

Em 2016 a participação de não controladores foi de R\$ (151) mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.

### **Lucro (prejuízo) líquido do período**

Em 2016 foi registrado prejuízo de R\$ (15,5) milhões, enquanto que em 2015 apuramos prejuízo de R\$ (63,8) milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para a redução nas despesas financeiras da Companhia em função dos importantes eventos de liquidez ocorridos em 2015.

Por entender que o resultado nos períodos apresentados foi impactado substancialmente por efeitos contábeis não recorrentes, que não fazem parte das atividades de operação da Statkraft Energias Renováveis, a Companhia passa a divulgar o **Lucro (Prejuízo) Líquido Gerencial**, que exclui os efeitos não recorrentes apurados no resultado da Companhia e que não possuem relação com suas operações. Em 2016 o lucro gerencial apurado foi de R\$ 77,0 milhões, em linha com os efeitos apresentados anteriormente e apurando os ganhos operacionais ocorridos em 2015 e 2016.

<b>Conciliação Lucro Líquido IFRS x Lucro Líquido gerencial</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Lucro (prejuízo) líquido – IFRS	(63.770)	(15.544)
<b>(+) Efeitos não recorrentes</b>	<b>72.971</b>	<b>92.508</b>
<i>Impairment</i> controladas	-	44.103
Contingências fiscais	-	33.600
Provisão perda ativos financeiros	-	6.872
Ajuste ao valor justo propriedades para investimentos	-	7.933
Perda alienação de investimentos	18.371	-
Estudos em desenvolvimento	16.200	-
Baixa de tributos diferidos	38.400	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido - Gerencial</b>	<b>9.201</b>	<b>76.964</b>

**• ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

<b>Ativo</b>	<b>dez/15</b>	<b>AV</b>	<b>dez/14</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	79.905	5,27%	23.744	1,37%	236,53%
Contas a receber	39.329	2,59%	30.452	1,76%	29,15%
Dividendos a receber	2.192	0,14%	10.934	0,63%	-79,95%
Impostos a recuperar	5.079	0,33%	9.780	0,56%	-48,07%
Estoques	1.970	0,13%	1.233	0,07%	59,77%
Despesas Antecipadas	4.428	0,29%	4.015	0,23%	10,29%
Outros ativos	7.135	0,47%	2.684	0,15%	165,83%
	<b>140.038</b>	<b>9,23%</b>	<b>82.842</b>	<b>4,78%</b>	<b>69,04%</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicação financeira restrita	82.356	5,43%	51.170	2,95%	60,95%
Partes relacionadas	9.846	0,65%	14.061	0,81%	-29,98%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.084	0,60%	30.713	1,77%	-70,42%
Investimentos não controlados ao valor justo	61.330	4,04%	63.698	3,68%	-3,72%
Tributos a recuperar	270	0,02%	269	0,02%	0,37%
Despesas antecipadas MP 688	7.776	0,51%	0	0,00%	-
Contas a receber	30.784	2,03%	23.314	1,35%	32,04%
Outros ativos	177	0,01%	1.355	0,08%	-86,94%
	<b>201.623</b>	<b>13,29%</b>	<b>184.580</b>	<b>10,66%</b>	<b>9,23%</b>
Investimentos	29.387	1,94%	180.990	10,45%	-83,76%
Imobilizado	1.025.744	67,60%	1.142.404	65,95%	-10,21%
Intangível	95.268	6,28%	116.210	6,71%	-18,02%
Propriedades para investimentos	25.250	1,66%	25.237	1,46%	0,05%
	<b>1.175.649</b>	<b>77,48%</b>	<b>1.464.841</b>	<b>84,56%</b>	<b>-19,74%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.517.310</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.732.263</b>	<b>100,00%</b>	<b>-12,41%</b>

## CIRCULANTE

### Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$ 79,9 milhões, apresentando aumento de 236,5% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 23,7 milhões. A variação observada é explicada principalmente (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 163,1 milhões, (ii) recebimentos de dividendos da Passos Maia e participações minoritárias no total de R\$ 6,1 milhões; (iii) venda de ativos no total de R\$ 153,1 milhões; e (iv) aporte de capital no valor de R\$ 155,0 milhões. Os aumentos foram



parcialmente compensados por (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 69,1 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 340,1 milhões; (iii) pagamento de tributos sobre o resultado no valor de R\$ 10,4 milhões e (iv) investimentos realizados no valor de R\$ 7 milhões.

### **Contas a receber**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$ 39,3 milhões, apresentando aumento de 29% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 30,4 milhões. O aumento observado é decorrente, principalmente, (i) da reclassificação do não circulante para o circulante do saldo a receber do excedente da geração das Usinas Eólicas Novo Horizonete e Seabra, no valor de R\$ 8,9 milhões; (ii) saldo a receber de mercado de curto prazo por conta de estratégia de sazonalização da alocação de energia das SPE’s UHE Monel Monjolinho e PCH Moinho no montante de R\$ 3,4 milhões; (iii) aumento de R\$ 0,4 milhão do contas a receber da Enx-O&M por conta de aumento de carteira de clientes no ano de 2015; sendo parcialmente compensado pela redução do contas a receber das PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa em R\$ 1,8 milhão por conta do efeito do GSF.

### **Dividendos a receber**

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Dividendos a Receber” atingiu R\$ 2,2 milhões, redução de 80% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 10,9 milhões. A redução é decorrente da provisão para perda à valor recuperável dos dividendos destinado sem 2013 pela investida Goiás Transmissão S/A no valor de R\$ 10,4 milhões.

### **Outros ativos**

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$ 7,1 milhões, aumento de 166% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 2,7 milhões. O aumento deve-se à constituição de crédito serviços de engenharia para o desenvolvimento de projetos, no valor de R\$ 4,0 milhões, derivado do fechamento da operação de troca do controle da Companhia.

### **Ativo circulante total**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$ 140 milhões, apresentando aumento de 69% em comparação a 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 82,9 milhões.

## **NÃO CIRCULANTE**

### **Aplicação financeira restrita**

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Aplicação financeira restrita” atingiu R\$ 82,3 milhões, aumento de 61% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 51,2 milhões. O aumento é decorrente da constituição de aplicação financeira restrita, no valor de R\$ 38,6 milhões, referente ao recebimento da Jackson Empreendimentos S.A, relacionada à contingência civil do processo de arbitragem da BBE, derivado do fechamento da operação de troca do controle da Companhia. Por outro lado, o aumento foi parcialmente compensado pelo resgate da

aplicação dada em garantia às Debentures 1ª emissão, no valor de R\$ 8,9 milhões, derivado da liquidação antecipada da dívida.

### **Impostos de renda e contribuição social diferidos – ativo e passivo**

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo líquido (ativos e passivo) de “Imposto de renda e contribuição social diferidos” atingiu saldo ativo de R\$ 9,1 milhões, representando redução de 60,5% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu saldo ativo de R\$ 23,0 milhões. A variação é decorrente, principalmente, (i) da baixa de R\$ 22,2 milhões de tributos diferidos na subsidiária Energen, derivados de prejuízo fiscal sem perspectiva de realização fiscal; e (ii) reconhecimento de (R\$ 0,6) milhão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias entre critérios de contabilização fiscal e contábil da subsidiária Enex-O&M.

### **Investimentos não controlados ao valor justo**

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Investimentos não controlados ao valor justo” atingiu R\$ 61,3 milhões, representando redução de 3,7% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 63,7 milhões. A redução deu-se em função de a Companhia ter efetuado, no 2º trimestre de 2015, reavaliação do valor justo dos investimentos das Usinas Hidrelétricas Ceran e Dona Francisca, por conta de premissas mercadológicas e macro econômicas.

### **Despesas antecipadas - MP 688**

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Despesas antecipadas – MP 688” atingiu R\$ 7,7 milhões, não havendo saldo respectivo em 31 de dezembro de 2014. A variação é decorrente da constituição de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

### **Contas a receber**

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Contas a receber” atingiu R\$ 30,8 milhões, representando aumento de 32% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 23,3 milhões. O aumento observado é decorrente unicamente do efeito de geração excedente, acima do contratado, das Usinas Eólicas da Bahia.

### **Investimentos**

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 28,4, representando redução de 83,8% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 181,0 milhões. A redução deu-se por conta da venda dos investimentos nas Linhas de Transmissão Goiás e MGE (-R\$ 155,8 milhões). Além deste montante, a linha de mantidos para venda e operação descontinuada foi impactada pela evolução na conclusão da operação de transição de controle da então Desenvix Energias Renováveis S/A, que culminou na transferência da ex-controlada Enercasa Energia Caiuá S/A, e o reconhecimento nesta linha de +R\$ 1,9 milhão.

### **Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 1.025,7 milhões, representando redução de 10,2% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1.142,4 milhões. A redução deu-se, essencialmente, por conta do volume de depreciação incorrida em 2015, no valor de R\$ 58,1 milhões, e pela não consolidação em 31 de dezembro de 2015 do

---

imobilizado da Enercasa S/A – R\$ 67 milhões – que passou a ser tratada contabilmente como uma operação descontinuada, por conta da intenção de transferência ao acionista Jackson S/A.

### **Intangível**

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 95,3 milhões, representando redução de 18% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 116,2 milhões. A redução deu-se pela reclassificação dos custos de desenvolvimento de alguns projetos, anteriormente contabilizados no ativo intangível, para investimentos, no valor de R\$ 14,7 milhões. Tal medida é decorrente do enquadramento à nova política da Companhia e não representa provisão para perda, uma vez que os projetos continuam no portfólio de desenvolvimento da Companhia.

### **Total do ativo não circulante**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 1.175,6 milhões, apresentando redução de 19,7% em comparação a 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1.464,8 milhões.

### **Total do ativo**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 1.517,3 milhões, apresentando redução de 12,4% em comparação a 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1.732,2 milhões.

**• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>dez/15</b>	<b>AV</b>	<b>dez/14</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	9.446	0,62%	8.701	0,50%	8,56%
Financiamentos	42.736	2,82%	109.646	6,33%	-61,02%
Partes relacionadas	616	0,04%	5.091	0,29%	-87,90%
Concessões a pagar	7.370	0,49%	6.791	0,39%	8,53%
Salários e encargos sociais	6.565	0,43%	6.251	0,36%	5,02%
Impostos e contribuições	19.924	1,31%	15.343	0,89%	29,86%
Imposto de renda e contribuição social	2.756	0,18%	2.814	0,16%	-2,06%
Provisão para contrato de energia	0	0,00%	11.788	0,68%	-100,00%
Dividendos propostos	47	0,00%	47	0,00%	0,00%
Outros passivos	52.280	3,45%	43.299	2,50%	20,74%
	<b>141.740</b>	<b>9,34%</b>	<b>209.771</b>	<b>12,11%</b>	<b>-32,43%</b>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos	469.544	30,95%	748.956	43,24%	-37,31%
Imposto de renda diferido	0	0,00%	7.783	0,45%	-100,00%
Concessões a pagar	62.941	4,15%	57.702	3,33%	9,08%
Provisão para perda em investimentos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Imposto de renda e contribuição social	948	0,06%	718	0,04%	100,00%
Impostos e contribuições	1.124	0,07%	851	0,05%	32,08%
Contingências	53.327	3,51%	1.793	0,10%	2874,18%
Outros Passivos	16.005	1,05%	22.677	1,31%	-29,42%
	<b>603.889</b>	<b>39,80%</b>	<b>840.480</b>	<b>48,52%</b>	<b>-28,15%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>745.629</b>	<b>49,14%</b>	<b>1.050.251</b>	<b>60,63%</b>	<b>-29,00%</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>					
Capital social	880.312	58,02%	725.312	41,87%	21,37%
Ajuste de avaliação patrimonial	29.435	1,94%	30.997	1,79%	-5,04%
Lucros (prejuízos) acumulados	-134.612	-8,87%	-74.211	-4,28%	81,39%
	<b>775.135</b>	<b>51,09%</b>	<b>682.098</b>	<b>39,38%</b>	<b>13,64%</b>
Participação dos não controladores	-3.454	-0,23%	-86	0,00%	3916,28%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>771.681</b>	<b>50,86%</b>	<b>682.012</b>	<b>39,37%</b>	<b>13,15%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.517.310</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.732.263</b>	<b>100,00%</b>	<b>-12,41%</b>

---

## **CIRCULANTE**

### **Financiamentos (circulante e não circulante)**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$ 512,3 milhões, apresentando redução de 40,3% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 858,6 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, da liquidação das debêntures da controlada e do empréstimo da subsidiária Energen.

### **Provisão para contrato de energia**

Em 31 de dezembro de 2015, não houve saldo de “Provisão para contrato de energia”, redução de 100% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 11,8 milhões. O saldo representava provisão para penalidade na investida Enercasa S/A e, por conta do tratamento deste investimento como operação descontinuada, o valor deixou de figurar nesta linha em 30 de junho de 2015.

### **Outros passivos**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$ 52,3 milhões, apresentando aumento de 20,7% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 43,3 milhões. O aumento deu-se, essencialmente, por conta do reconhecimento de penalidades e correção por atraso de aporte de capital nas Linhas de Transmissão Goiás e MGE.

### **Total do passivo circulante**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2015 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 141,7 milhões, apresentando uma redução de 32,4% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 209,8 milhões.

## **NÃO CIRCULANTE**

### **Contingências**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Contingências” atingiu R\$ 53,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 51,5 milhões em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1,8 milhões. O aumento desta linha deu-se, essencialmente, pelo reconhecimento de contingências cíveis relacionadas às Linhas de Transmissão Goiás e MGE (+R\$ 9,9 milhões) e a constituição de provisão para contingência civil do processo de arbitragem da BBE, no valor de R\$ 38,6 milhões, para a qual foi constituída aplicação financeira restrita como garantia, oriunda do recebimento da Jackson Empreendimentos S.A.

### **Total do passivo não circulante**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2015 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 603,9 milhões, apresentando uma redução de 28,1% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 840,5 milhões.

### **Total do passivo**

---

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2015 o saldo da conta “Total do passivo” atingiu R\$ 745,6 milhões, apresentando uma redução de 29% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1.050,2 milhões.

#### **Patrimônio líquido atribuído aos acionistas**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Patrimônio líquido atribuído aos acionistas” foi de R\$ 775,1 milhões, apresentando um aumento de 13,6% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 682,1 milhões. O aumento deve-se à integralização de capital realizada pelos acionistas Statkraft e Funcef, no montante de R\$ 155 milhões.

#### **Participação dos não controladores**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Participação dos não controladores” foi negativo em R\$ 3,4 milhões, representado pela participação de não controladores da nossa subsidiária Energen.

#### **Total do passivo e patrimônio líquido**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2015 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 1.517,3 milhões, apresentando uma redução de 12,4% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1.732,3 milhões.



**• COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.**

	2015	2014	AH
<b>Operações continuadas</b>			
<b>Receita</b>			
Fornecimento de energia elétrica	241.486	182.902	32,03%
Serviços prestados	35.941	31.355	14,63%
<b>Receita operacional</b>	<b>277.427</b>	<b>214.257</b>	<b>29,48%</b>
Custo do fornecimento de energia elétrica	(87.558)	(81.093)	7,97%
Custo dos serviços prestados	(26.993)	(23.106)	16,82%
	<b>(114.551)</b>	<b>(104.199)</b>	<b>9,93%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>162.876</b>	<b>110.058</b>	<b>47,99%</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	(61.776)	(34.046)	81,45%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(18)	160	-111,25%
Provisão para perdas em investimentos	(1.217)	(2.375)	-48,76%
Participação nos lucros de controladoras	-	-	#DIV/0!
	<b>(63.011)</b>	<b>(36.261)</b>	<b>73,77%</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>99.865</b>	<b>73.797</b>	<b>35,32%</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	(162.359)	(122.672)	32,35%
Receitas financeiras	38.324	26.521	44,50%
	<b>(124.035)</b>	<b>(96.151)</b>	<b>29,00%</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Participação nos lucros de coligadas	9.231	12.214	-24,42%
Dividendos recebidos	2.343	3.856	-39,24%
Ganho (perda) na alienação de investimentos	(18.371)	1.244	100,00%
Amortização de ágio	(1.150)	(1.150)	0,00%
	<b>(7.947)</b>	<b>16.164</b>	<b>-149,16%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(32.117)</b>	<b>(6.190)</b>	<b>418,85%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(24.935)	(1.511)	1550,23%
<b>Prejuízo do período proveniente de operações em continuidade</b>	<b>(57.052)</b>	<b>(7.701)</b>	<b>640,84%</b>
<b>Operações descontinuadas</b>			
Prejuízo proveniente das operações descontinuadas	(6.718)	(11.827)	-43,20%
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>(63.770)</b>	<b>(19.528)</b>	<b>226,56%</b>
<b>Atribuível aos:</b>			
Acionistas da Controladora	(60.402)	(18.956)	218,64%
Participação de não controladores	(3.368)	(572)	488,81%
	<b>(63.770)</b>	<b>(19.528)</b>	<b>226,56%</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações</b>			
De operações continuadas	(0,43745)	(0,06582)	564,62%
De operações descontinuadas	(0,05151)	(0,10108)	-49,04%
	<b>(0,48896)</b>	<b>(0,16690)</b>	<b>192,97%</b>

## Receita operacional líquida

Em 2015 a receita operacional líquida total somou R\$ 277 milhões, representando aumento de R\$ 63,1 milhões equivalente a 29,5% na comparação com o ano de 2014, quando o valor foi de R\$ 214 milhões. Tal aumento justifica-se, principalmente, pela (i) correção da receita pela inflação, (ii) melhorias de disponibilidade e de geração e (iii) mitigação dos efeitos do GSF/MRE.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2014	2015	Var %
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>214.257</b>	<b>277.427</b>	<b>29,5</b>
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>182.902</b>	<b>241.486</b>	<b>32,0</b>
- Venda de energia	208.468	219.974	5,5
- Excedente líquido de geração Eólicas	15.035	13.935	-7,3
- Efeito GSF/MRE	(40.601)	7.577	-118,7
<b>Serviços O&amp;M</b>	<b>30.395</b>	<b>34.914</b>	<b>14,9</b>
<b>Outros serviços</b>	<b>960</b>	<b>1.027</b>	<b>7,0</b>

### ***Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – venda de energia***

O aumento de R\$ 11,5 milhões no ano de 2015, equivalente a 5,5%, é decorrente do reajuste contratual do preço médio da energia comercializada das subsidiárias.

### ***Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – excedente líquido de geração eólicas***

A redução de R\$ 1,1 milhão em 2015, equivalente a 7,3% é fruto da combinação do menor regime de ventos e disponibilidade dos parques eólicos, conforme comentado no item Geração e Disponibilidade.

### ***Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – efeito GSF/MRE***

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2015, apesar de menor criticidade em relação a 2014, permanece exigindo atenção em função das baixas afluências observadas nos últimos meses, com exceção da região Sul, o que continua afetando significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF.

Como ações mitigatórias do risco do GSF, a Companhia adotou estratégia de sazonalização, alocando mais energia nos primeiros meses do ano, além de retirar no início do 3T15, duas usinas do MRE, sendo a PCH Passos Maia (participação acionária de 50%) e a PCH Moinho (100%), permitindo o benefício de maior receita da geração adicional à sua garantia física. Além disso, a partir da alteração do controle acionário da Companhia, esta passa a contar com o suporte especializado da comercializadora de energia pertencente ao grupo Statkraft, que aportará seu conhecimento e expertise na gestão do portfólio de energia da Companhia.

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia protocolou junto à Aneel a carta de adesão à repactuação do risco hidrológico. A adesão diz respeito às usinas Esmeralda S.A., Santa Laura S.A. e Santa Rosa S.A. Como efeito econômico desta medida a Companhia efetuou a reversão de R\$ 13,9 milhões de valores contabilizados como efeito do MRE/GSF, favorecendo sua receita operacional líquida. O valor revertido teve como contrapartida a contabilização de um ativo regulatório (Despesas antecipadas) no valor de R\$ 13,9 milhões, dos quais R\$ 3,1 milhões foram reconhecidos como despesa operacional com o seguro regulatório. O saldo remanescente de R\$ 10,8 milhões será apropriado ao resultado dos próximos anos para compensação da despesa com o seguro regulatório, conforme Lei nº 13.203 de 09 de dezembro de 2015 e Resolução Normativa nº 684 da Aneel.

Como resultado, no ano de 2015 o efeito do GSF foi positivo em R\$ 7,5 milhões, sendo que ano anterior o valor foi negativo em R\$ 40,6 milhões.

Em julho/15 a 20ª Vara Federal de Brasília, em ação proposta pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, da qual a Statkraft faz parte, proferiu decisão liminar mediante a qual “determinou à ANEEL que até o trânsito em julgado da presente ação, abstenha-se de proceder ao ajuste do MRE, em relação às associadas da APINE ora substituídas, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto”.

Ressalta-se que as subsidiárias que aderiram à repactuação do risco hidrológico desistiram da ação acima mencionada. Todavia, para as subsidiárias que não aderiram a Lei nº 13.203 a Companhia, de forma conservadora constituiu provisão de ajuste do MRE.

### ***Receita líquida de serviços de O&M***

A receita com os serviços de O&M prestados pela subsidiária ENEX apresentou aumento de R\$ 4,5 milhões no ano de 2015, equivalente a 14,9%, decorrente principalmente dos novos contratos firmados, bem como dos reajustes contratuais e faturamento de serviços especiais.

Ao final de 2015 a ENEX operava 2,8 GW, aumento de 21,7% na comparação com o mesmo período de 2014, quando operava 2,3 GW.

### ***RECEITA LÍQUIDA DE OUTROS SERVIÇOS***

Esta receita é composta, principalmente, pelo faturamento da Statkraft com serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação não controlados integralmente (Passos Maia – 50%).

### ***CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS***

No ano de 2015 o custo dos serviços prestados somou R\$ 114,5 milhões, representando aumento de R\$ 10,3 milhões equivalente a 9,9% na comparação com o ano de 2014, quando o valor foi de R\$ 104,2 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

<b>Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var %</b>
<b>Custo Total</b>	<b>104.199</b>	<b>114.551</b>	<b>9,9</b>
<b>Custo do fornecimento de energia elétrica</b>	<b>81.093</b>	<b>88.046</b>	<b>8,6</b>
- Depreciação e amortização	58.428	58.126	-0,5
- Encargos setoriais	9.228	10.480	13,6
- Custo com compra de energia elétrica	361	1.065	195,0
- Seguro regulatório	-	3.100	100,0
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	13.076	14.787	13,1
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>23.106</b>	<b>26.993</b>	<b>16,8</b>
- Serviços de O&M	22.607	26.206	15,9
- Outros serviços	499	787	57,7

### **Depreciação e amortização**

A redução observada de 0,5% na comparação entre os anos é fruto da baixa do imobilizado das Usinas do Complexo Eólico da Bahia ocorrido em dezembro de 2014, fator da negociação com fornecedores, além da revisão de taxas de depreciação.

### **Encargos setoriais**

O aumento de 13,6% observado no ano de 2015, na comparação com de 2014, é decorrente de provisão para pagamento de TUST – Taxa do Uso do Sistema de Transmissão, por conta da injeção de energia gerada superior ao limite para obtenção de desconto na taxa das usinas do Complexo Eólico da Bahia, compensada parcialmente pela alteração do método de contabilização da TUST de competência para caixa.

### **Custo com compra de energia elétrica**

Valores apurados em 2015 referem-se à compra de energia da UHE Monjolinho, a partir do contrato firmado com a UHE Dona Francisca, na qual participamos minoritariamente com 2,12% e cujo montante de energia está sendo utilizado para mitigar o efeito do GSF.

### **Seguro regulatório**

O valor observado em 2015 tem origem no seguro regulatório decorrente da repactuação do risco hidrológico (explicado no itens 7 e 9), no montante de R\$ 3,1 milhões.

### **Outros custos de fornecimento de energia elétrica**

O aumento observado no ano de 2015 é decorrente do reajuste por inflação dos serviços de O&M, além dos gastos com materiais e serviços relacionados ao plano de remediação da usina de Barra dos Coqueiros. Adicionalmente houve aumento do escopo do contrato de serviços de O&M prestados pelo fornecedor dos equipamentos do Complexo Eólico da Bahia.

### **Serviços de O&M**

O custo com os serviços de O&M prestados pela subsidiária ENEX apresentou aumento de R\$ 3,6 milhões no ano de 2015, equivalente a 15,9%, decorrente principalmente do aumento da

estrutura para fazer frente ao aumento da receita de novos contratos, bem como dos reajustes contratuais e custos referentes à prestação de serviços especiais.

### **Outros serviços**

O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Statkraft, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação, além do desenvolvimento de projetos.

## **DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS**

No ano de 2015 as despesas operacionais atingiram R\$ 61,7 milhões, representando aumento de R\$ 27,5 milhões na comparação com o ano de 2014, equivalente a 80,5%. Este aumento expressivo é explicado pela reclassificação contábil de alguns gastos com projetos em desenvolvimento (de acordo com IFRS) e provisões para contingências futuras (venda das linhas de transmissão e arbitragem com a Brasil BioEnergia, de responsabilidade do antigo acionista). Sem esses efeitos não recorrentes, as despesas operacionais atingiriam R\$ 34,2 milhões, estando em linha na comparação com o ano anterior.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

<b>Despesas Gerais (R\$ mil)</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Var %</b>
<b>Despesas (Receitas) Totais</b>	<b>34.206</b>	<b>61.758</b>	<b>80,5</b>
<b>Gerais e Administrativas totais</b>	<b>34.046</b>	<b>61.776</b>	<b>81,4</b>
- Gerais e administrativas	22.099	21.772	-1,5
- Remuneração dos administradores	4.152	3.846	-7,4
- Encargos Setoriais	3.415	3.852	12,8
- Provisão para perda em contrato de energia	1.054	690	-34,5
- Com estudos em desenvolvimento	3.326	18.584	458,7
- Provisão para perda de recebíveis de serviços de O&M	-	1.138	100,0
- Provisão para contingências	-	11.894	100,0
<b>Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas</b>	<b>160</b>	<b>(18)</b>	<b>-111,3</b>

### **Despesas gerais e administrativas**

No ano de 2015 as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 21,8 milhões, apresentando uma redução de 1,5% em comparação ao ano de 2014, quando atingiram R\$ 22,1 milhões. A redução é decorrente principalmente (i) da redução nos gastos com publicações legais, no valor de R\$ 1,7 milhão e (ii) da redução da provisão para participação nos resultados, no valor de R\$ 0,7 milhão. A redução observada foi parcialmente compensada pelo aumento das despesas com o projeto de integração, no valor de R\$ 1,0 milhão, além do aumento de despesas com pessoal fruto da transferência de funcionários para a Statkraft Energias Renováveis vindos da Statkraft Energia do Brasil, no valor de R\$ 0,2 milhão.

---

### ***Honorários da administração***

No ano de 2015, a redução de 7,4% na comparação com o ano de 2014, deu-se pela redução na quantidade de Diretores Estatutários remunerados, sendo compensado pelo bônus compensatório por conta da reestruturação administrativa ocorrida após a alteração societária.

### ***Encargos setoriais***

Referente à taxa de uso dos recursos hídricos incidente sobre a UHE Monjolinho e sua variação, entre os períodos analisados, está em linha com a variação da geração de energia realizada.

### ***Provisão para perda em contrato de energia***

As despesas contemplam provisão para penalidade de Barra dos Coqueiros pelo déficit de geração de energia, conforme previsto em contrato e a redução do valor está em linha com a melhora da disponibilidade do parque.

### ***Despesas com estudos em desenvolvimento***

No 3T15 a Companhia adequou sua metodologia, reclassificando contabilmente R\$ 16,4 milhões de custos de desenvolvimento de alguns projetos anteriormente contabilizados no ativo intangível. Tal medida considera as etapas de desenvolvimento de tais projetos e encontram-se em consonância com IFRS/CPC, não representando provisão para perda, uma vez que os projetos continuam no portfólio de desenvolvimento da Companhia. Também contribuiu a reclassificação de R\$ 1,3 milhão para a conta “Ganho (perda) na alienação de investimentos” referente a aportes nos ativos de transmissão. Desconsiderando esses efeitos não recorrentes as despesas atingiriam R\$ 2,2 milhões, em linha com os gastos do ano de 2014.

Tais despesas contemplam investimentos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. A Companhia mantém estudo de repriorização dos projetos em desenvolvimento, para implementação dos mesmos, em condições favoráveis de mercado.

### ***Provisão para perda de recebíveis de serviços de O&M***

Constituição de provisão para perda de recebíveis vencíveis da ENEX com prazo superior a 180 dias.

### ***Provisão para contingências***

As despesas contemplam provisão para contingências relacionadas à venda dos ativos de Transmissão, no valor de R\$ 10,5 milhões, bem como provisão para contingências trabalhistas da subsidiária ENEX, no valor de R\$ 1,4 milhão.

## **RESULTADO FINANCEIRO**

Conforme ressaltado anteriormente, em função dos eventos de liquidez como o aporte de R\$ 155 milhões no capital da holding e a venda dos ativos de transmissão no valor de R\$ 151 milhões, a Companhia realizou a liquidação antecipada das dívidas da holding e da dívida de uma de suas subsidiárias, indexada em dólares. Essas liquidações trouxeram expressiva melhoria na estrutura



de capital e perfil de dívida da Companhia, eliminando também a exposição cambial, que resultou na melhoria do resultado financeiro em 2015.

No ano de 2015 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 124,0 milhões, aumento de R\$ 27,9 milhões, equivalente a 29,0%, na comparação com o ano de 2014, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 96,1 milhões. Tal variação é explicada principalmente pelo aumento da variação cambial passiva, no valor de R\$ 64,4 milhões. Também o resultado financeiro foi impactado pela provisão para encargos financeiros relacionados com a venda dos ativos de Transmissão, no valor de R\$ 6 milhões.

Com o pagamento antecipado da dívida atrelada ao dólar norte americano, ocorrida no mês de setembro de 2015, a Companhia eliminou os riscos de exposição cambial.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2014	2015	Var %
<b>Despesas financeiras</b>	<b>122.672</b>	<b>162.359</b>	<b>32,4</b>
- Com financiamentos (vi)	72.336	62.631	-13,4
- Cartas de fiança bancária (v)	6.650	2.207	-66,8
- IOF e multa e juros sobre tributos (iv)	3.183	6.490	103,9
- Variações monetárias e cambiais passivas (i)	26.407	64.929	145,9
- Concessões a pagar e outras despesas (iii)	9.144	13.793	50,8
- Outras despesas financeiras (ii)	4.952	12.309	148,6
<b>Receitas financeiras</b>	<b>26.521</b>	<b>38.324</b>	<b>44,5</b>
- Com aplicações financeiras (vii)	5.974	12.336	106,5
- Variações monetárias e cambiais ativas	17.885	17.788	-0,5
- Outras receitas financeiras (viii)	2.662	8.200	208,0
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>96.151</b>	<b>124.035</b>	<b>29,0</b>

### **Despesas financeiras**

No ano de 2015 as despesas financeiras atingiram R\$ 162,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 39,7 milhões, equivalente a 32,4% na comparação com o ano de 2014, quando atingiram R\$ 122,7 milhões. Tal variação é decorrente (i) do aumento da variação cambial passiva da subsidiária Energen, no valor de R\$ 64,4 milhões, referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao China Development Bank (CDB) e que foi liquidado em setembro de 2015; (ii) constituição de provisão para encargos financeiros relacionadas com a venda dos ativos de Transmissão; (iii) do aumento dos gastos com concessões, decorrente da variação do IGPM com reflexo no saldo da UBP da subsidiária Monjolinho; (iv) do aumento das despesas com IOF, principalmente da constituição e correção de provisão para IOF dos mútuos *intercompany*, ocorridos por força do pagamento da dívida da subsidiária Energen.

Por outro lado, o aumento das despesas financeiras no ano de 2015 foi parcialmente compensado pela (v) redução das despesas com cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 2,2 milhão, principalmente em função da retirada das fianças contratadas nos financiamentos tomados pela Companhia, bem como fianças corporativas com controladores; e (vi) pela redução da capitalização de juros por conta do menor endividamento, apesar do aumento da TJLP e CDI.

### **Receitas financeiras**

No ano de 2015 as receitas financeiras atingiram R\$ 38,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 11,8 milhões, equivalente a 44,5% na comparação com o ano de 2014, quando atingiram R\$ 26,5 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (vii) do aumento do rendimento com aplicações financeiras, em função da maior disponibilidade de recursos; e (viii) da correção do saldo de recebíveis referente ao superávit de geração das Eólicas da Bahia no valor de R\$ 3,0 milhões.

### **RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

No ano de 2015 o resultado de participações societárias representou perda de R\$ 9,1 milhões, em comparação com um ganho de R\$ 16,1 milhões apurado em 2014.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

	2014	2015	Var %
- Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	12.214	9.231	-24,4
- Dividendos recebidos	3.856	2.343	-39,2
- Ganho (perda) na alienação de investimentos	1.244	(18.371)	-1576,8
- Amortização de ágio	(1.150)	(1.150)	-
<b>Resultado de participações</b>	<b>16.164</b>	<b>(7.947)</b>	<b>-149,2</b>

#### **Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto**

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto é composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que apresentou variação positiva de R\$ 7,1 milhões devido ao melhor resultado no ano de 2015, quando comparado a 2014. A redução deu-se pela venda dos ativos de Transmissão, que compunham o resultado das participações em 2014, no valor de R\$ 10,1 milhões.

#### **Dividendos recebidos**

Composto por dividendos recebidos referentes à participação societária minoritária mantida no Complexo Energético Rio das Antas – CERAN (5%) e Dona Francisca (2,12%). A redução observada no ano de 2015 é fruto do efeito do GSF, bem como pela redução dos preços da energia contratada pela Usina Dona Francisca.

#### **Ganho (perda) na alienação de investimentos**

No ano de 2015 a despesa contempla principalmente provisão para: (i) baixa dos dividendos reconhecidos dos ativos de Transmissão no valor de R\$ 10,6 milhões, por força da venda dos ativos; (ii) perda entre valor de venda e valor contábil dos ativos de transmissão R\$ 4,7 milhões; (iii) perda pela baixa do investimento realizado na subsidiária Enercasa no valor de R\$ 2,9 milhões, por força da transferência do seu controle para o grupo Jackson, através do Fundo Caixa FIP Cevix; (iv) perda pela baixa de investimento realizado na UHE Cubatão, no valor de R\$ 894 mil. A variação foi parcialmente compensada pela reversão de provisão para investimentos nos ativos de transmissão, no valor de R\$ 1,3 milhão.

### ***Amortização de ágio sobre investimento***

Amortização do ágio sobre a valorização da ENEX, em função da operação de aquisição de participação ocorrida em setembro de 2011, onde a Desenvix adquiriu os 50% restantes dessa Companhia.

### **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A Statkraft, assim como as suas controladas ENEX e Energen optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

No ano de 2015, o imposto de renda e contribuição social somaram R\$ (24,9) milhões, compostos por despesas de IRPJ e CSLL no valor de R\$ (10,3) milhões e por IR diferido no valor de R\$ (14,6) milhões.

Em dezembro/2015 a Companhia reconheceu a baixa de R\$ 38,4 milhões referentes a créditos de tributos diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal, por não haver expectativa de recuperação dos ativos. O saldo é composto por R\$ 32,9 milhões da subsidiária Energen e R\$ 5,5 na holding.

Importante observar que a subsidiária Monjolinho, nos termos da Lei 12.814/2013 ultrapassou o limite superior dos R\$ 78 milhões, dessa forma, terá seu regime tributário alterado a partir de Janeiro de 2016 para Lucro Real.

### **OPERAÇÕES DESCONTINUADAS**

Nos anos de 2015 e 2014 as operações descontinuadas somaram R\$ (6,7) milhões e R\$ (11,8) milhões, respectivamente, representando o resultado da Enercasa, cujo controle foi transferido para o FIP Cevix em 13 de julho de 2015.

### **PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES**

No ano de 2015 a participação de não controladores foi de R\$ (3.368) mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.

### **LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO**

No ano de 2015 foi registrado prejuízo de R\$ 63,7 milhões, enquanto que no ano de 2014 apuramos prejuízo de R\$ 19,5 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para o efeito negativo da variação cambial passiva de R\$ 64,9 milhões.

## 10.2 Os diretores devem comentar:

### a) Resultados das operações do emissor, em especial:

#### i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é composta preponderantemente pela venda da energia elétrica gerada por meio de nossos empreendimentos em operação. A previsibilidade da receita é assegurada por meio dos contratos de longo prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das oscilações do mercado de curto prazo.

#### ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- **Impairment (ajuste ao valor recuperável) em investimentos**

Em atendimento às normas internacionais de contabilidade, a SKER realiza teste anual de *impairment* sobre seus ativos. Em 2016 a Companhia realizou o teste de *impairment* sobre seus investimentos. Para cada UGC (Unidade Geradora de Caixa) com valor relevante de ágio, foram consideradas como premissas-chave aplicadas para cálculo, do valor em uso a estimativa de geração para os períodos futuros, as previsões de custos operacionais, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e a taxa de desconto pertinente.

A perda por *impairment* para a UGC Energen originou-se da produção inferior à expectativa projetada pela Administração. Houve o reconhecimento da perda por *impairment* no ativo imobilizado desta investida no montante de R\$ 6,4 milhões e a baixa integral do ágio registrado pela controladora no total de R\$ 7,0 milhões.

Para a UGC Enex, a perda por *impairment* se deu pelas decisões estratégicas da Administração que refletem a ausência de uma expectativa de rentabilidade futura para este ativo. O valor recuperável com base no valor em uso não foi considerado para mensuração da perda de *impairment*, visto que a empresa não tem indicativos observáveis para o reconhecimento de baixa de ativos nesta investida. Foi registrada uma perda de R\$ 30,7 milhões conforme o valor contábil total do ágio para este período.

- **Ajuste ao valor recuperável em propriedades para investimentos (terras)**

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantações futuras de PCHs para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projeto básicos, adquiriu antecipadamente terras nas proximidades onde se tem a intenção de construir as usinas (área a ser atingida pelo reservatório), já que esta é uma das condições para a seleção e hierarquização dos interessados.

Em 2016 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 7,9 milhões de *impairment* sobre estas terras em função de, no momento, não haver expectativa de utilização destas.

---

- **Provisão para perda de ativos financeiros**

Em 2016 a Companhia realizou provisão para perda de ativos financeiros recebíveis (R\$ 6,9 milhões).

- **Contingências fiscais**

Em 2016 a Companhia realizou análise de possíveis contingências fiscais relacionadas a períodos anteriores. Como consequência desta avaliação, foram identificadas necessidades de reconhecimento e pagamento de impostos. Para isto a Companhia reconheceu a despesa de R\$ 33,6 milhões em seu resultado.

- b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Nossa receita decorre preponderantemente da venda de energia negociada por meio de CCVE no ACR. Tais contratos são corrigidos pelo IPCA ou pelo IGP-M. Eventual variação nestes índices podem em tese afetar nossas receitas.

Até o presente momento não identificamos nenhuma variação relevante em nossas receitas que possam ser atribuídas a variações de preço ou inflação. Ainda, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço e nem tampouco estamos expostos a variações nas taxas de câmbio.

- c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

No caso de nossos Empreendimentos em Operação, o aumento da inflação acarreta em um aumento nas receitas derivado da correção de nossos CCVEs e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção do preço a eles atribuído.

Nosso endividamento bancário está atrelado à TJLP, no caso dos empreendimentos com financiamento junto ao BNDES ou taxa fixa, no caso dos empreendimentos com financiamento junto ao BNB.

### **10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

- a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não possuímos segmento operacional distinto daqueles que operamos atualmente, sendo Geração de Energia, através de fontes eólicas e hídricas, bem como prestação de serviços de Operação e Manutenção.

## b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- **Energen Energias Renováveis S.A.** - Em 21 de janeiro de 2011 a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério de Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barras dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. Após a celebração do contrato, a Companhia passou a deter 88,33% das ações da Energen, sendo o restante pertencente à acionista Água Quente Participações Ltda.. Em 10 de maio de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa no 2.880/2011, anuiu a transferência do controle da Energen Energias Renováveis S.A. Considerando o estágio atual do projeto e que, sob a ótica contábil, o projeto não constituiu um negócio, a transação foi tratada como aquisição de ativos e passivos.

No dia 21 de agosto de 2012 a Companhia aumentou sua participação no capital da Energen Energias Renováveis S.A. em 6,67%, passando de 88,33% para 95%.

No dia 05 de agosto de 2016 a SKER aumentou sua participação no capital social da controladora Energen em R\$ 177,8 milhões, passando sua participação de 95% para 99,99%. O aumento de capital foi realizado mediante a capitalização de crédito de igual valor devido pela acionista SKER contra a subsidiária Energen. A AGE do dia 13 de outubro de 2016 autorizou o aumento de capital no valor de R\$ 6,4 milhões com direito de preferência a Acionista Statkraft, que subscreveu e integralizou a totalidade no dia 16 de novembro de 2016.

- **Statkraft Investimentos Ltda (anterior SN Power)** - No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statkraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Companhia. Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante.

Em razão de alteração no controle acionário do Grupo SN POWER (Joint-Venture das empresas norueguesas Statkraft AS e Norfund AS), ocorrida no mês de junho de 2014, a partir de 18 de junho de 2014, a SN Power Brasil Investimentos Ltda. alterou sua denominação social para Statkraft Investimentos Ltda., mantendo os mesmos números do CNPJ e Municipal.

Em dezembro de 2014 a Statkraft Investimentos Ltda aumentou sua participação no capital da Companhia adquirindo ações do FIP Cevix, que passou a apresentar a seguinte posição acionária Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 36,84% do capital social total e votante, Statkraft Investimentos Ltda com 44,47% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,7% do capital social total e votante.



Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 6.118.955 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson – 35,01%; Statkraft Investimentos Ltda– 46,30% e FUNCEF - 18,69%.

Em 13 de Julho de 2015 a Companhia divulgou ao mercado o Fato Relevante, confirmando a conclusão da operação de alteração de controle acionário em que a Statkraft Investimentos Ltda adquiriu a totalidade das ações detidas pelo grupo Jackson na Companhia. Mediante a conclusão desta operação, a Statkraft Investimentos Ltda agora detém 81,31% do capital total da Companhia e FUNCEF (Fundação dos Economistas Federais) manteve sua participação em 18,69% do capital total.

- **Enercasa** – Através da operação de consolidação do controle da Companhia, finalizado em 13 de Julho de 2015, foi transferido do controle da Enercasa Energia Caiuá S.A., detentora da Usina Termelétrica Enercasa, para o Grupo Jackson através do fundo Caixa FIP Cevix.
- **Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis** - Por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, em 18 e fevereiro de 2014, a Companhia vendeu sua participação no Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis, denominado simplesmente “FIP IE ER”, no qual detia participação de 6,25%.
- **Goiás Transmissão S.A. (25,5%) e MGE Transmissão S.A. (25,5%)** – em 21 de agosto de 2015 a Companhia divulgou através de fato relevante a conclusão da operação de venda de sua participação nos ativos de transmissão para a Empresa de Energia de Bogotá S.A. E.S.P.

#### 10.4 Os diretores devem comentar:

##### a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não apresentam alterações significativas nas práticas contábeis.

##### b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não apresentando alterações significativas nas práticas contábeis.

##### c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve: (i) que o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e que, como parte do processo de integração, o Grupo Statkraft iniciou uma investigação interna de determinados contratos firmados pela administração anterior; e (ii) a Companhia foi notificada no âmbito do Procedimento de Investigação Criminal por parte do Ministério Público Federal, que investiga crimes potenciais cometidos por indivíduos em relação às operações realizadas pelos quatro

principais fundos de pensão do Brasil. Além disso, uma Ação de Classe foi protocolada pela Associação Independente dos Participantes da FUNCEF (ANIPA) contra o fundo de pensão, pessoas físicas e empresas, incluindo a Companhia, com base no mesmo escopo investigado no âmbito do caso FIP CEVIX. Nesta fase não é possível prever se o resultado dos casos poderá ter potenciais efeitos negativos para a Companhia. A administração está presentemente avaliando os resultados e/ou ações a tomar relacionadas às investigações e notificações. As demonstrações financeiras não incluem qualquer provisão em virtude dos possíveis desdobramentos desses assuntos. A opinião da auditoria não está ressalvada em virtude desses assuntos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que em 13 de julho de 2015 o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e que, como parte do processo de integração, o Grupo Statkraft iniciou uma investigação interna de determinados contratos firmados pela administração anterior. Também o parágrafo menciona que a administração estava presentemente avaliando os resultados e/ou ações a tomar relacionados à investigação, de modo que as demonstrações financeiras não incluem qualquer provisão em virtude dos possíveis desdobramentos do assunto, não cabendo ressalva em virtude do assunto.

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, as estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que utilizemos estimativas e adotemos premissas que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, receitas e despesas e divulgações contábeis. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras referenciadas, utilizamos variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores que consideramos razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos nossos negócios, a apresentação da nossa posição financeira requer, com frequência, que avaliemos os efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados usando variáveis, suposições ou condições diferentes. A Nota 2 das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2016 contém um resumo das principais políticas contábeis usadas na preparação das demonstrações financeiras. Para explicar como avaliamos eventos futuros, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, incluímos uma breve análise das nossas políticas de contabilidade mais importantes.

#### **Estimativas de vida útil do ativo imobilizado**

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. A vida útil dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

## **Reconhecimento e depreciação dos ativos imobilizado e intangível**

Os ativos imobilizado e intangível são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou de formação sempre que há evidência de que os ativos gerarão benefícios econômicos futuros. Reconhecemos as despesas relativas à depreciação de nosso imobilizado e à amortização de nosso intangível pelo tempo que se estimativa durante o qual ocorra geração de benefícios econômicos em nosso favor. Estimativas e julgamentos são utilizados para avaliação da capacidade de geração de benefícios futuros dos ativos, assim como para determinação do período pelo qual os ativos trarão benefícios econômicos para nós. Caso sejamos requeridos a revisar as estimativas e premissas utilizadas na determinação da vida útil dos ativos, as despesas de depreciação e amortização podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

## **Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração**

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

## **Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

## **Reconhecimento de receitas**

### ***a- Venda de energia elétrica***

Estas receitas são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica

gerada no SIN - sistema integrado nacional. Para àquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia – a receita é reconhecida conforme sua garantia física, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina há a aplicação do GSF (Generation Scalling Factor), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

### ***b-Contrato de Energia de Reserva – CER***

As SPEs UEE Macaúbas, UEE Novo Horizonte e UEE Seabra firmaram em 9 de março de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato as SPEs acima mencionadas se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh (R\$ 199,96 em 31/12/2015) atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A SPE UEE Barra dos Coqueiros (Energen) firmou em 25 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato as SPEs acima mencionadas se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh (R\$ 217,83 em 31/12/2015) atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A SPE UEE Barra dos Coqueiros (Energen) firmou em 25 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Energen se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 152,50/MWh (R\$ 217,83 em 31/12/2015), atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Para estes contratos é definido um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicado o ajuste, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá o equivalente a 70% do preço sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada.

### **Gastos com desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais de aproveitamento hidrelétrico**

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, estudos de viabilidade e estudos ambientais do possível aproveitamento hidrelétrico, eólico, solar e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Tais estudos quando da aprovação pela ANEEL para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios. Quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, nesse momento o ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, desde que haja indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, possuindo a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão repassados / faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro.

Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a parte relacionada, ou ainda considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Já os gastos com pesquisa, quando incorridos previamente de qualquer anuência ANEEL ou obtenção da licença operacional, são reconhecidos diretamente como despesas no resultado.

## **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações



atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):**

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, como parte do processo de integração, o Grupo Statkraft iniciou uma investigação interna de determinados contratos firmados pela administração anterior, sendo que a Companhia indicou às autoridades responsáveis, os achados de tal investigação. Presentemente, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos, a administração concluiu que nenhuma provisão para perdas é requerida. Na data das demonstrações financeiras, a Companhia não havia recebido qualquer intimação ou questionamento em relação a esses contratos, tampouco existem processos em andamento relacionados a esse assunto.

Em Setembro de 2016, a Companhia foi notificada no âmbito do Procedimento de Investigação Criminal No. 1.16.000.000993.2016-70 ("caso FIP CEVIX"), do Ministério Público Federal, que investiga crimes potenciais cometidos por indivíduos em relação às operações realizadas pelos quatro principais fundos de pensão do Brasil. A referida investigação inclui a apuração de supostas irregularidades no ingresso da FUNCEF (ANIPA) contra o fundo de pensão, pessoas físicas e empresas, incluindo a Companhia, com base no mesmo escopo investigado no âmbito do caso FIP CEVIX. Presentemente, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos, a administração concluiu que nenhuma provisão para perdas é requerida.

**10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não aplicável

**b) Natureza e propósito da operação.**

Não aplicável



**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não aplicável

**10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

**a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)**

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis de energia elétrica.

▪ **Desenvolvimento**

Na área de desenvolvimento os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

▪ **Implantação**

Durante o ano de 2016 a Companhia não realizou a implantação de nenhum empreendimento.

Os recursos necessários para a construção de nossos Empreendimentos serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação de recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

**b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não aplicável

**c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)**

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

c.i. e c.iii.

Nossas atividades envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 31 de dezembro de 2016 nosso Portfólio de Projetos era composto por 09 Projetos Prioritários em Desenvolvimento (157,1 MW próprios) e 19 Projetos em Desenvolvimento (1032,5 MW próprios), totalizando 1838,9 MW, sendo 1289,6 MW próprios. Nos projetos que desenvolvemos, por vezes investimos juntamente com sócios tradicionais do setor elétrico, o que nos permite partilhar os riscos de determinados empreendimentos com parceiros altamente qualificados.

Mais detalhadamente, incluímos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento, com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 1 e 2 anos.

Os demais 19 projetos de nosso Portfólio de Projetos que não se encontram entre os Projetos Prioritários em Desenvolvimento são agrupados na categoria Projetos em Desenvolvimento, completando o total de 28 projetos de nosso Portfólio de Projetos. Para efeitos deste Formulário de Referência, um Projeto em Desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas.

Para o desenvolvimento e manutenção da nossa carteira de projetos, nossos recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos. O item 9.1 (a) deste Formulário de Referência contém maiores detalhes acerca de nossa política de aquisição de terras para nossos empreendimentos.

c.ii e c.iv.

Até 31 de dezembro de 2016, investimos cerca de R\$ 105.000 mil nas atividades de prospecção e desenvolvimento de novos projetos.

**10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

- ANEXO II -

**INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.**

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.**

▪ **Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Em caso de convocação de membro titular para participação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, estando este impossibilitado de comparecer e em não abdicando formalmente de sua remuneração, esta será paga na proporção de 2/3 para o membro suplente e 1/3 para o membro titular, exclusivamente em relação à remuneração do mês que tenha ocorrido a(s) respectiva(s) reunião(ões).

▪ **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos nossos administradores está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos administradores é somente *pro-labore*.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e demais diretores sem denominação específica. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição

patronal à previdência social. Em 31 de dezembro de 2016 a Diretoria Estatutária da companhia era composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e 03 diretores.

Ao final de 2016 a Companhia adotava política de remuneração variável de acordo com os padrões do Grupo Statkraft, tendo esta sido validada pelo Comitê de RH e Conselho de Administração. A política aplicável à diretoria não se diferencia daquela aplicada aos demais empregados da Companhia.

▪ **Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

▪ **Comitês**

Os membros de nossos Comitês não são remunerados.

**b) composição da remuneração**

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

▪ **Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:**

A remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	<b>Pró-Labore/Honorários</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Conforme disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal indicados pela controladora Statkraft não são remunerados.

**d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

**e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia**

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

**f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

2016 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,75	5,25	3,00	13,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	290.421,95	3.363.931,11	81.992,71	3.736.345,77
- Benefícios diretos e indiretos	-	1.676.436,95	-	1.676.436,95
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	58.084,39	1.008.073,61	16.398,54	1.082.556,54
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	172.264,01	-	172.264,01
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	349.061,70	-	349.061,70
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>348.506,34</b>	<b>6.569.767,38</b>	<b>98.391,25</b>	<b>7.016.664,97</b>

2016 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
------------	---------------------------	---------------------	-----------------	-------

- (1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente  
 (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.  
 (3) A remuneração deliberada na AGO do dia 23.04.2015 está demonstrada no item 13.16 e compreende o período de 1 de maio de 2016 até 30 de abril de 2017.

2015 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	6,50	5,17	3,00	14,67
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	257.599,98	1.897.499,33	93.930,87	2.249.030,18
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	51.520,00	379.499,87	18.786,17	449.806,04
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	1.443.938,35	-	1.443.938,35
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	1.147.532,40	-	1.147.532,40
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>309.119,98</b>	<b>4.868.469,95</b>	<b>112.717,04</b>	<b>5.290.306,97</b>

- (1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente  
 (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.  
 (3) A remuneração deliberada na AGO do dia 23.04.2015 está demonstrada no item 13.16 e compreende o período de 1 de maio de 2016 até 30 de abril de 2017.

2014 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	5,75	3,00	16,75
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	237.479,97	3.135.849,66	86.584,30	3.459.913,93
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	47.495,99	627.169,93	17.316,86	691.982,79



2014 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	1.271.309,25	-	1.271.309,25
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>287.807,95</b>	<b>5.034.328,84</b>	<b>140.602,32</b>	<b>5.423.205,97</b>

- (1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente  
(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

### 13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Excepcionalmente, no ano de 2014 a 2016, distribuímos aos nossos diretores um bônus, nos valores demonstrados abaixo, como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais.

2016 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,75	5,25	3,00	13,00
Bônus	-	172.264,01	-	172.264,01
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	172.264,01	-	172.264,01
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

- (1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2015 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	6,50	5,17	3,00	14,67
Bônus	-	1.443.938,35	-	1.443.938,35
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	1.443.938,35	-	1.443.938,35
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2014 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	5,75	3,00	16,75
Bônus	-	1.271.309,25	-	1.271.309,25
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	1.271.309,25	-	1.271.309,25
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

#### 13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

**13.5. Em relação à remuneração baseadas em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

**13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

**13.7. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

**13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

**13.9. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:**

A Companhia não detém quotas diretas ou indiretas emitidas pela Companhia.

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

	Diretoria Estatutária 31/12/2016
Nº de membros	2
Nº de membros remunerados	2
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	24.151,29
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	34.978,58

O benefício de plano de previdência dá-se apenas aos membros de da Diretoria Estatutária, não sendo aplicado aos membros do Conselho Fiscal e Administração.

Ao final de 2015 e 2014 não possuíamos um plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários. A partir de 2016 a Companhia passara a adotar plano de previdência.

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2014	31/12/2013
<b>Nº de membros</b>	5,25	5,17	5,75	4,75	6,50	8,00	3	3,00	3,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	5,25	5,17	5,75	2	2	2	1	1	1
<b>Valor da maior remuneração individual</b>	886.041,06	599.420,00	738.800,00	141.744,40	128.799,99	118.739,99	44.701,44	46.965,43	43.292,15
<b>Valor da menor remuneração individual</b>	494.666,64	599.420,00	376.074,99	0,00	0,00	0,00	44.701,44	0,00	0,00
<b>Valor médio da remuneração</b>	690.353,85	599.420,00	545.321,00	141.744,40	128.799,99	118.739,99	44.701,44	46.965,43	43.292,15

**Observações:**

<b>Diretoria Estatutária</b>	
<b>31/12/2016</b>	Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2016.  Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2015. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2,0.
<b>31/12/2015</b>	Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2015.  Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2015. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1,0.
<b>31/12/2014</b>	Valor da menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2014.  Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2014. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 5,0.

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>31/12/2016</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. Apenas 2 membros não renunciaram da sua remuneração.  Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2016.
<b>31/12/2015</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. Apenas 2 membros não renunciaram da sua remuneração.  Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2015.
<b>31/12/2014</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. 6 dos 8 conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração.  Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2014.

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>31/12/2016</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.

	Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2016.
<b>31/12/2015</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.  Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2015.
<b>31/12/2014</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.  Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2014.

**13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):**

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

**13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

Órgão	dez/16	dez/15	dez/14
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

**13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Órgão	dez/16	dez/15	dez/14
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

### 13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2017 até 30 de abril de 2018, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários (excluído Programa de Bônus), é de R\$ 5.357.779,25. Os valores totais incluem as contribuições para o INSS pagas pelo empregador e reconhecidas na demonstração do resultado, pagamento do 13º salário em dezembro e ajuste pela inflação de 4,65%.

Maio 2017 a abril 2018 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	6	1	14,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	153.402,88	4.061.970,03	80.194,38	4.295.567,29
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	30.680,58	1.015.492,51	16.038,88	1.062.211,97
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>184.083,46</b>	<b>5.077.462,54</b>	<b>96.233,26</b>	<b>5.357.779,25</b>

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.



## - ANEXO III -

**INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.**

**CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES**

**12.5 Administradores e membros do conselho fiscal:**

**12.5.3 Membros do Conselho Fiscal**

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) Data de Nascimento	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador	l) nº de mandatos consecutivos
Rodrigo Pinheiro Machado Fernandes Maia	02/03/1965	Economista	604.915.239-04	Conselheiro efetivo	19.04.17	19.04.17	Até a AGO de aprovação das contas de 2017	Nenhum	Sim	2
José Pedro de Barros Pradez	13/05/1982	Engenheiro de Produção	089.417.767-24	Conselheiro suplente	19.04.17	19.04.17	Até a AGO de aprovação das contas de 2017	Nenhum	Sim	2
Saulo Macedo Freitas		Contador	218.148.721-91	Conselheiro efetivo	19.04.17	19.04.17	Até a AGO de aprovação das contas de 2017	Nenhum	Não	2
Hélio Ricardo Teixeira de Moura	05/08/1958	Contador	402.707.346-00	Conselheiro suplente	19.04.17	19.04.17	Até a AGO de aprovação das contas de 2017	Nenhum	Sim	2
Evandro de Figueiredo Qinaud	16/07/1974	Engenheiro Eletricista	025.229.817-90	Conselheiro suplente	19.04.17	19.04.17	Até a AGO de aprovação das contas de 2017	Nenhum	Sim	1
Paula Beatriz Cerqueira Leite	09/12/1982	Engenheira Eletricista	098.619.927-31	Conselheira suplente	31.05.16	31.05.16	Até a AGO de aprovação	Nenhum	Sim	1

							das contas de 2017			
--	--	--	--	--	--	--	--------------------------	--	--	--

**a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal:**

**Membros do Conselho Fiscal:**

**SAULO MACEDO FREITAS**, Formado em Ciências Contábeis, com especialização em Análise e Auditoria Contábil e MBA em Padrões Internacionais de Auditoria Interna. Foi empregado da CAIXA por 29 anos, no período de 28/05/1984 a 30/06/2013, dos quais 19 na Auditoria Regional de Goiânia/GO, nos cargos de Auditor Junior, Pleno, Sênior e Gerente Eventual da AUDIR/GO; e Instrutor Interino da CAIXA por 14 anos. Cursando a terceira e última fase do Exame CIA – Certificação Internacional Auditor e o CPA-20 – Certificação Profissional da ANBIMA.

**RODRIGO PINHEIRO MACHADO FERNANDES MAIA**, é economista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1987, pós-graduando com especialidade em Projetos de Investimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1988 e mestrado em Business Administration pela Syracuse University School of Management, Syracuse/NY, USA em 1999. O Sr. Rodrigo iniciou sua carreira no grupo Statkraft em 2012 ocupando o cargo de Head da Área de Riscos no Brasil. Antes de ingressar no grupo Statkraft o Sr. Rodrigo ocupou a posição de Gerente de Gestão de Riscos no Brasil na AES BRASIL, cargo que ocupou até junho de 2012. Atuou também como gerente de Controle de Risco na Light Serviços de Eletricidade S.A. (2011 – 2012). Na Companhia, atua como membro do Conselho Fiscal.

**JOSÉ PEDRO DE BARROS PRADEZ**, engenheiro de produção formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), com MBA em finanças pela Northwestern University – Kellogg School of Management. Desde 2015 atua na Statkraft como Analista de Gestão de Portfólio de energia. Anteriormente atuou na área de gestão estratégica, sendo co-fundador da B&Z Global Strategies (2012-2015), trabalhando na rede Walmart (2010-2011) e na McKinsey & Company (2010). Adicionalmente atuou na área de projetos na Petrobrás (2008-2009) e na PUC-RJ (2006-2008).

**PAULA BEATRIZ CERQUEIRA LEITE**, É graduada em Engenharia Elétrica, com ênfase em sistemas de apoio a decisão, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2006 e mestrado em Engenharia Elétrica, Processamento de Sinais e Controles, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2008. O Sra. Paula iniciou sua carreira na Statkraft em abril de 2014 ocupando o cargo de Analista Sênior de Risco. Antes de ingressar no grupo Statkraft a Sra. Paula atuou como Analista Sênior de Risco, função que exerceu de março de 2012 até a março de 2014. Na Companhia, atua como membro suplente do Conselho Fiscal.

**EVANDRO DE FIGUEIREDO QUINAUD**, é Engenheiro Elétrico com ênfase em telecomunicações, formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) em 1997, mestre em Engenharia Elétrica com especialização em métodos de apoio à decisão, em 2002, também pela PUC-Rio, e pós-graduado em finanças (MBA) em 2004 pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC-RJ. No grupo Statkraft desde 2016, ocupa o cargo de *Head* da área de Inteligência de Mercado no Brasil. Antes de ingressar no grupo Statkraft, o Sr. Evandro ocupou a posição de Gerente Geral de Regulação e Análise Eletro-Energética na ENEVA S.A., cargo que

ocupou até agosto de 2016. Atuou também como Gerente de Pré-Vendas na Gilat do Brasil S.A., empresa fornecedora de equipamentos de comunicação via satélite. Na Companhia, atua como membro suplente do Conselho Fiscal.

**HÉLIO RICARDO TEIXEIRA DE MOURA**, é mestre em Engenharia de Produção, com Ênfase em Planejamento e Custos. Professor universitário em várias disciplinas e IES, na Graduação e Pós, além de Perito Contábil, atuando pelo Juízo em diversas várias e instância, na Capital e região.

**b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:**

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

**12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:**

**12.6.1 Membros do Conselho de Administração**

a) Nome	b) % de participação
Austin Laine Powell	100%
Kjersti Ronningen	100%
Simen Braein	100%
Antonio Augusto de Miranda e Souza	100%
Laurent Gonzalo (suplente)	0%
Tron Engebretsen (suplente)	0%
Andrea Morata Videira (suplente)	0%

**12.6.2 Membros do Conselho Fiscal**

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) % de participação
Rodrigo Pinheiro	100%

Machado Fernandes Maia	
José Pedro de Barros Pradez	100%
Hélio Ricardo Teixeira de Moura	100%
Saulo Macedo Freitas (suplente)	0%
Evandro Qinaud (suplente)	0%
Paula Beatriz Cerqueira Leite (suplente)	0%

**12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Os comitês instalados pela Companhia não participam do processo decisório dos órgãos de administração ou de gestão do emissor.

**12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:**

Os comitês instalados pela Companhia não participam do processo decisório dos órgãos de administração ou de gestão do emissor.

**12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) Administradores do emissor**

Não aplicável.

**b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

Não aplicável.

**c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

Não aplicável.

**d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

---

Não aplicável.

**12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

Não aplicável.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor**

Não aplicável.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável.